

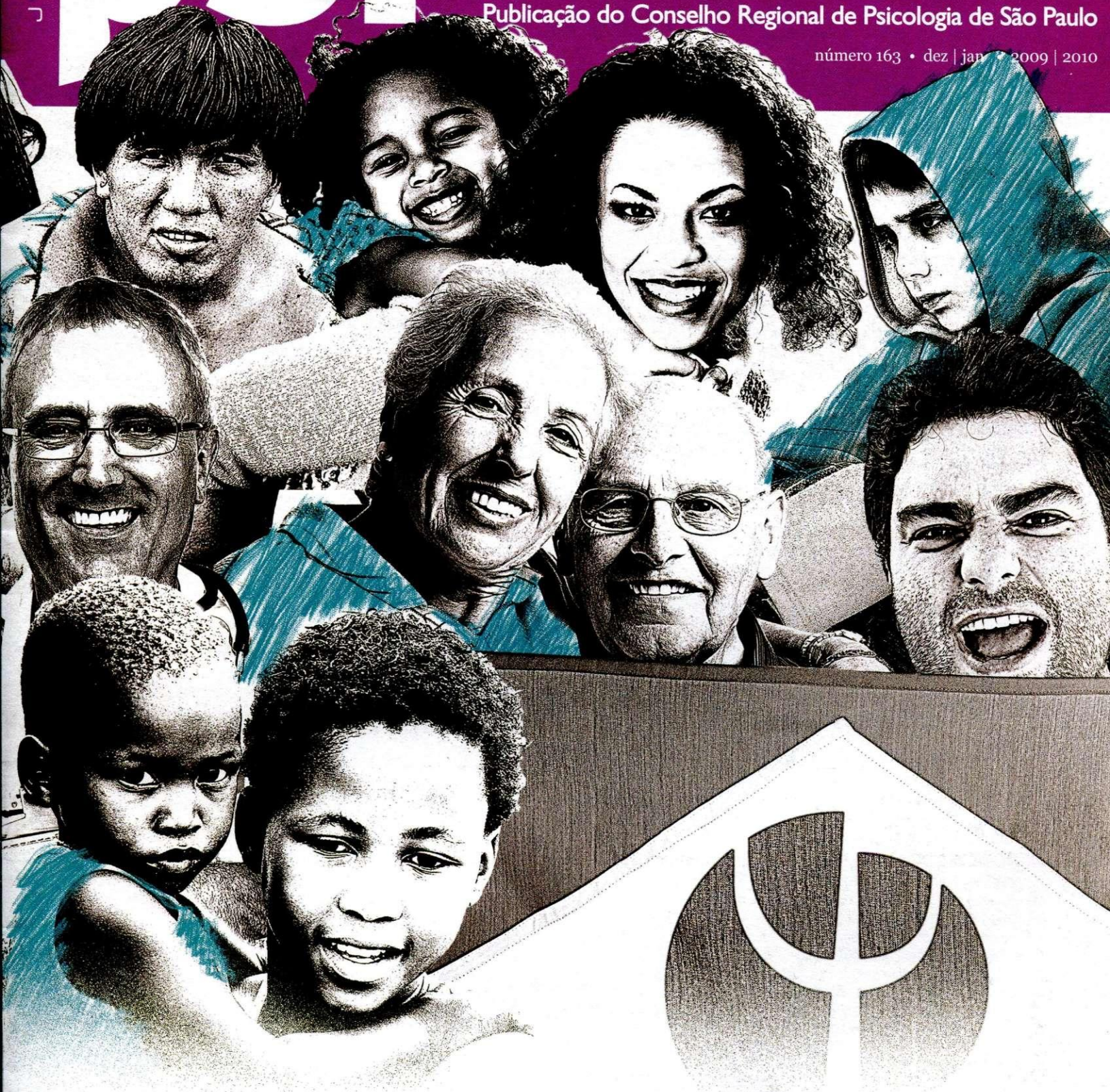
JORNAL

psi



Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

número 163 • dez | jan 2009 | 2010



VII CNP: A NOVA FACE DA

psicologia

MOBILIZE-SE CONTRA O ATO MÉDICO: www.naoaoatomedico.org.br

EDITORIAL | DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Balanco da atuação do CRP SP em 2009 mostra um amplo conjunto de realizações voltadas a debater e apresentar propostas para grandes questões sociais. O VII Congresso Nacional da Psicologia que acontecerá, em 2010, deve aprofundar essa postura e, para isso, conta com a sua participação.

03

CAPA | A NOVA FACE DA PSICOLOGIA

Instância na qual os psicólogos decidem as diretrizes de atuação de todo o Sistema Conselhos, os congressos nacionais de Psicologia mostram, através de sua história, de que maneira vem sendo construída uma nova proposta de atuação.

04

QUESTÕES ÉTICAS | SIGILO PROFISSIONAL

O sigilo profissional está estreitamente associado ao trabalho do psicólogo e coloca para estes uma série de questões.

07

POLÍTICAS PÚBLICAS | ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIO E OPORTUNIDADE

Realizado pelo CRP SP, o seminário "A Psicologia na Assistência Social: Um compromisso Ético e Político" colocou em debate temas de interesse dos psicólogos que estão cada vez mais presentes nessa área.

08

CIÊNCIA E PROFISSÃO | A DESCONSTRUÇÃO DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO

Fechar a porta de entrada dos manicômios judiciários e abrir a de saída foi uma das propostas debatidas no I Simpósio Internacional sobre Manicômios Judiciários e Saúde Mental realizado em São Paulo, na perspectiva de findar com instituições desse gênero no País.

10

PREMIAÇÃO | PRÊMIO MADRE CRISTINA E A INOVAÇÃO NA PSICOLOGIA

Com 97 trabalhos inscritos, prêmio mostra como o processo de inovação está avançando na Psicologia.

13

INTERIOR | POVOS INDÍGENAS: A PSICOLOGIA QUER SER PARTE DA SOLUÇÃO

Três encontros interdisciplinares realizados no Estado de São Paulo geraram recomendações para os psicólogos que atuam junto aos povos indígenas. O CRP SP também abrigou colóquio com a participação de diversas personalidades que atuam na área.

14

OPINIÃO | CRIANÇA E ADOLESCENTE: HORA DE REVER AS LEIS

Wanderlino Nogueira Neto, consultor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), fala sobre a necessidade de tornar efetivas as leis existentes nesse campo.

16

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | CAMARÁ: COMPANHEIRO DE LUTA

Organização usa da comunicação à dança do ventre para levar cidadania aos jovens de São Vicente, no litoral paulista.

18

ORIENTAÇÃO | DIREITOS NA SAÚDE

Nova Carta dos Direitos e Deveres em Saúde incorpora aprimoramentos, mas ainda demanda uma ampla divulgação junto à população brasileira.

20

NUESTRA AMERICA LATINA | UM SONHO QUE REFLORESCE

No portal www.liber-accion.org psicólogos de diversas partes do mundo têm a oportunidade de acessar informações e análises derivadas do pensamento do psicólogo Ignacio Martin-Baró, assassinado há 20 anos pela ditadura em El Salvador.

22

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | SOB AMEAÇA

Projetos sobre castração química para autores de crimes sexuais e sobre monitoramento eletrônico de presidiários estão sendo examinados no Congresso. O Jornal PSI ouve as críticas do psicólogo Pedro Paulo Gastaldo de Bicalho e da juíza aposentada e integrante do IBCCrim, Maria Lúcia Karam.

24

ESTANTE | "A dimensão Subjetiva da Realidade", "Encontro da Política com o Trabalho: Um Estudo Psicossocial sobre a Autogestão de Trabalhadores da Univens" e "Cadernos Sobre o Mal" são três dos livros apresentados na seção Estante.

27

MURAL | O valor da anuidade do CRP SP para 2010 e o protesto contra o Ato Médico durante a realização da Abrasco são assuntos do Mural desta edição.

28



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6º Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Eida Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patricia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompilio

Conselheiros suplentes

Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Silvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Silvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif

Gerente-geral Diógenes Pepe

Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Reportagem Carlos Martins

Arte Ligia Minami

Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica

Tiragem 68.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494, fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | <http://www.crpsp.org.br>

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
São José do Rio Preto
tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

democracia e participação

O ano de 2009, no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, foi marcado por um amplo conjunto de atividades. As lutas dos psicólogos nas diversas áreas de atuação em que se encontram envolvidos evidenciaram o compromisso social que tem marcado a nossa postura frente à sociedade brasileira. Os exemplos se multiplicam. Em 2009, debatemos questões polêmicas como a escuta de crianças vítimas de violência; a volta do exame criminológico no sistema prisional; as propostas de tratamento da dislexia na Educação. Ao mesmo tempo estivemos presentes – e continuaremos a estar em 2010 – em diversas conferências de políticas públicas, levando posições e nos articulando com outros setores da sociedade, igualmente comprometidos com o bem-estar da população. Também participamos de grandes iniciativas como a Marcha de Brasília, contra os retrocessos que se ensaiam no campo da saúde mental; ou de eventos como a Parada do Orgulho LGBTTT – lembrando que, em 2009, foram comemorados os dez anos da resolução histórica do Conselho Federal de Psicologia, posicionando-se contra a homofobia.

Embora essa postura participante da Psicologia não seja rigorosamente nova, o fato é que ela ainda não conquistou a percepção da sociedade como um todo. Por esse motivo, e em linha com uma das diretrizes definidas no VI Congresso Nacional de Psicologia, fizemos um grande esforço para dar visibilidade às nossas posições. Posições, diga-se, que não se limitam à crítica, mas que ganham cada vez mais um caráter propositivo, como acontece, por exemplo, com a construção de referências de atuação desenvolvidas por meio do Crepop.

Foi no sentido de ampliar a percepção sobre o que nós, psicólogos, temos a oferecer para o Brasil atual que o CRP SP buscou aprimorar seus canais de comunicação – o *site* (www.crpssp.org.br), o *Jornal PSI* e o *TV Diversidade* – além de buscar novos espaços em outras mídias como, por exemplo, a realização de exposições fotográficas no Metrô de São Paulo abordando a questão da saúde mental. A expectativa é que essa maior exposição, associada a uma articulação cada vez mais forte com os movimentos sociais, nos fortaleça ainda mais.

Neste ano que se inicia temos em nossa agenda um grande acontecimento. É a realização do VII Congresso Nacional de Psicologia, no qual teremos a oportunidade de definir as nossas diretrizes pelos próximos três anos. Para que se tenha uma ideia mais precisa da importância desse evento, esta edição do *Jornal PSI* recupera o histórico de sua criação e evolução, procurando dar uma visão sobre como hoje nos posicionamos e por que o fazemos.

Na base de tudo isso está um pilar fundamental, que é o da democracia dentro do Sistema Conselhos. Vale dizer: grande parte de nossos esforços tem o objetivo de assegurar que os psicólogos, em seu conjunto, disponham de canais de participação efetiva. É nesse sentido, portanto, que convidamos todos vocês a debaterem e apresentarem propostas para o VII CNP.

A todos, nossos desejos de um 2010 de grandes realizações.

A NOVA FACE DA psicologia

Findo o Regime Militar e ao longo do processo de redemocratização do País, os psicólogos se viram frente à tarefa de repensar a sua atividade e de se repensar na linha do compromisso social. Os Congressos Nacionais de Psicologia ajudam a entender como essa caminhada está dando novos contornos à profissão.

ao longo das duas últimas décadas, os psicólogos alcançaram avanços importantes no que se refere a sua organização e a sua atuação na sociedade. Orientadas por um projeto político no seu sentido mais amplo, essas conquistas trouxeram uma feição totalmente renovada à Psicologia. Iniciados a partir de 1994, os Congressos Nacionais de Psicologia são um excelente guia para entender essa evolução.

Às vésperas do VII Congresso, previsto para junho de 2010, o Jornal PSI retoma um pouco da história do evento, por meio de depoimentos da professora Ana Bock, ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) e atual secretária-executiva da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi). Nessa retomada, que recua aos primeiros movimentos de reorganização dos psicólogos em 1989, é possível acompanhar de que modo os debates evoluíram a cada edição e identificar as linhas que conduziram ao tema deste ano: “Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: Um Projeto Ético-Político para a Profissão”.

Para Ana Bock, a questão do protagonismo social deve ser importante no VII Congresso. “Nós tínhamos uma profissão comprometida com a elite – e ela criou um serviço altamente qualificado e eficiente, mas para a elite. O que estamos tentando criar nesses últimos anos é diferente: estamos tentando criar uma profissão com uma outra tecnologia, voltada para o compromisso social”, diz. Segundo ela, trata-se de um movimento pendular: desenvolvem-se novas técnicas, constroem-se referências de atuação, mas chega um momento em que é preciso colocar ênfase no político. Isto é, dar visibilidade a esse novo perfil de psicólogo, mostrar para a sociedade aquilo de novo que a Psicologia tem a oferecer. Na linha do protagonismo, Ana Bock destaca que os psicólogos já têm participado de diversas conferências sobre políticas públicas, levando nossas posições em áreas como Saúde, Educação, Comunicação e outras. O desafio, acredita ela, está em aprofundar ainda mais esse processo.

Vale lembrar que os Congressos Nacionais de Psicologia se constituem em um canal amplo e democrático de participação para os psicólogos. É a partir de debates realizados em todas as regiões do País que se formulam teses e propostas que, ao final, irão orientar a atuação de todo o Sistema Conselhos nos três anos seguintes. Acompanhar, participar e influir nesses debates é fundamental para todos os psicólogos.

1989

Em 1989 aconteceu o Congresso Unificado da Psicologia (Conup). Nele se juntaram duas alas, então identificadas como a ala profissional, representada pelo Sistema Conselhos, e uma ala sindical, onde estavam os sindicatos e a Fenapsi. Ali se fez a crítica ao corporativismo das entidades e se decidiu por iniciar um trabalho coletivo para superá-lo. Os desdobramentos dessa articulação inicial desembocaram no I CNP.

COMO EVOLUÍRAM OS CNPs

Veja a seguir os principais acontecimentos de cada um dos CNPs.



1994

O I Congresso Nacional da Psicologia aconteceu em 1994, em Campos do Jordão, São Paulo. De fato, não nasceu como congresso, mas como um processo constituinte, como seu título – “Processo Constituinte: Repensando a Psicologia” – deixava claro. Foi durante sua realização que os participantes – cerca de 150 psicólogos, dos diversos Conselhos Regionais no País – decidiram fazer dele o primeiro Congresso Nacional da Psicologia – CNP. A temática principal desse evento foi a reestruturação dos Conselhos de Psicologia, no sentido de sua democratização. Era esse o objetivo do eixo “Entidades e Organização Política”. Na época, entendia-se que era possível criar um Conselho completamente diferente do que previa a Lei 5.766/71 – que instaurou o CFP e os conselhos regionais. Desejada, mas politicamente delicada em sua execução, a mudança da Lei 5.766 só agora se encontra em vias de ser concluída. Também no I CNP estiveram presentes dois eixos de debates que se desenvolveriam nos eventos seguintes. Um voltado para temas de ordem profissional – como Psicoterapia, Psicologia no Trânsito, Trabalho e Saúde – e outro para a formação dos psicólogos.

1996

O II CNP aconteceu em Belo Horizonte (MG) e consolidou propostas do I CNP. A Lei 5.766 volta a ser debatida (havia questionamentos sobre ser o momento oportuno para mudanças) e as discussões se ampliam em relação à formação e aos temas profissionais. Mas fatos novos e importantes também surgem nesse evento, como a criação da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf). O intervalo de dois anos, que seria mantido no III CNP, em 1998, teve o propósito de estabelecer uma sincronia entre os Congressos e as eleições no Sistema Conselhos. Esse acerto de passo permitiu que cada direção eleita dispusesse de um conjunto de diretrizes, democraticamente debatidas e definidas no CNP anterior, para conduzir sua atuação. Feito esse ajuste, os CNPs, a partir de 1998, passaram a ocorrer a cada três anos. Ficava estabelecido e consensual que os CNPs teriam, dali para frente, o objetivo de definir as diretrizes para a atuação dos Conselhos nos três anos que se seguiam.

1998

O III Congresso significou um salto de qualidade resultante da percepção de que a Psicologia precisava “se voltar para fora”, isto é, “colar-se e voltar-se para a realidade brasileira”. Nessa linha, debateu-se a questão das políticas públicas, buscou-se o diálogo com outras profissões, tendo em vista uma ação dentro de conceitos interdisciplinares; e, por último, entraram em pauta questões sociais trazidas pela globalização que geravam situações às quais a Psicologia era chamada a responder. Por trás dessas propostas estava a concepção dos Conselhos de Psicologia não como entidades dos psicólogos, mas como entidades da Psicologia a serviço da sociedade. Um reflexo dessa postura se mostrará, por exemplo, na questão do mercado de trabalho para o psicólogo. O Sistema Conselhos, dentro da lógica acima, estará comprometido com a ampliação do mercado de trabalho para o psicólogo, mas dentro da perspectiva de atender às demandas da sociedade. Outro fato marcante do III CNP é a decisão de trabalhar para criar a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP). Posteriormente, ainda que não como resultado de decisão de congresso, surgirá o Fórum Nacional das Entidades da Psicologia, que irá reunir as diversas entidades dedicadas à formação na Psicologia.

COMO EVOLUÍRAM OS CNPs



2001

O compromisso social da Psicologia foi o tema dominante do IV CNP. Por compromisso social entende-se uma Psicologia com qualidade técnica, rigor ético e atuando numa perspectiva de fortalecimento da cidadania. Sob essa nova ótica, temas abordados desde o primeiro congresso foram retomados. Assim, se no primeiro evento os psicólogos ligados a uma especialidade estavam preocupados com encontrar soluções para questões que diziam respeito à sua atuação (na Saúde, na Psicoterapia, etc.), a partir do IV CNP o *drive* mudou para: o que, como profissionais dessa área, podemos oferecer à sociedade? Foi no IV Congresso, também, que entrou em pauta a temática dos Direitos Humanos. Os congressos seguintes teriam entre suas tarefas a concretização dessas propostas pensadas em 2001.

2004

O V Congresso colocou a ideia do protagonismo social da Psicologia. Ou seja: uma Psicologia que não apenas olha criticamente para si mesma e para a sociedade, mas que se dirige à sociedade propondo soluções. Isso deverá ocorrer primordialmente no âmbito das políticas públicas. É nesse Congresso, e após a experiência do Banco Social de Serviços, que amadurece a ideia de criação do que viria a ser o Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas (Crepop) – ou seja, criar um instrumento capaz de reunir e organizar experiências de psicólogos atuando no campo das políticas públicas e, a partir delas, gerar referências de atuação. As possibilidades para esses encaminhamentos eram grandes, pois desde a realização da I Mostra de Práticas em Psicologia – realizada em 2000, no Anhembi em São Paulo, reunindo mais de 15 mil pessoas e dois mil trabalhos – os psicólogos já conheciam o enorme potencial que a profissão possuía. É também a partir do V Congresso que a Psicologia vai buscar uma aproximação com o movimento social, visando influir de forma mais decisiva nas definições das políticas públicas.

2007

No VI Congresso, voltou-se à questão do aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos. Entendeu-se que o ambiente político era favorável para retomar a reformulação da Lei 5.766. Paralelamente, avançou-se na questão das políticas públicas. Superou-se, por exemplo, uma visão inicial, mais compartimentada, sobre áreas tradicionais de atuação do psicólogo – Trânsito, Saúde, Psicoterapia, Trabalho, Educação, etc. Com a abertura para as políticas públicas, desdobraram-se os campos de atuação. Na área da Saúde, por exemplo, passou-se a abordar temas como Saúde da Família, DST/Aids, SUS, Saúde do Trabalhador, Seguridade, Saúde Suplementar, entre outros. Também ganharam destaque temas como questões de gênero, povos indígenas, violência, idosos, psicologia nas emergências e desastres, entre outros. O VI Congresso também retomou o tema do compromisso social. ●

o prontuário, a comunicação dos atendimentos e o sigilo profissional

O sigilo profissional está estreitamente associado ao trabalho do psicólogo e coloca para estes uma série de questões. Segundo a conselheira Cristina Pellini, membro da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), o sigilo tem por finalidade tutelar a intimidade das pessoas, protegendo-as contra violações e indiscrições de outrem. “O sigilo profissional é marcado por um elemento subjetivo, a pessoa do profissional a quem o indivíduo é obrigado a recorrer para obter assistência.” Ela observa que a confidência, neste caso, não é espontânea. “O cliente não relata aspectos íntimos ao psicólogo ou ao médico por mero capricho, mas deposita nele sua confiança para a defesa de um bem material ou espiritual.”

A questão do sigilo profissional pode ser abordada tanto pelo aspecto de confidencialidade como pelo de privacidade, diz Cristina Pellini. Confidencialidade deve ser entendida como o resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a revelação não autorizada. Privacidade, por sua vez, é a limitação de acesso a informações de uma dada pessoa, ao acesso à própria pessoa, à sua intimidade, os seus segredos. “É a liberdade, portanto, que a pessoa tem de não ser observada sem autorização e um princípio, presente no artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece o direito a não interferência na vida privada, pessoal ou familiar.”

O Código de Ética do Psicólogo aborda a questão do sigilo no seu artigo 9º - “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.”

Uma das situações na qual o sigilo profissional se apresenta para os psicólogos é aquela referente aos prontuários. Prontuários são definidos como arquivos, em papel ou informatizados, cuja finalidade é facilitar a manutenção e o acesso às informações que os pacientes fornecem durante o atendimento. Isso pode ocorrer em ambiente ambulatorial ou hospitalar, assim como em clínica, e inclui os resultados de avaliações e procedimentos realizados com finalidade diagnóstica ou de tratamento. “O prontuário é de propriedade do paciente”, enfatiza Cristina Pellini. “O Hos-

pital, para dar um exemplo, apenas tem a guarda desses documentos, ou seja, é seu fiel depositário, com a finalidade de preservar o histórico de atendimento de cada paciente”. O registro de informações de pacientes/clientes deve também ser feito para atendimentos em consultórios particulares, sendo que as instituições e/ou psicólogos são responsáveis pela guarda.

Como se deve, contudo, lidar com esse tipo de documento de forma a garantir o necessário sigilo e, ao mesmo tempo, atender outras exigências da prática profissional?

Vale lembrar que entre essas exigências está a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, prevista pela Resolução CFP 001/2009. Resolução que, em seu artigo 2º, aponta as informações que devem ser registradas no prontuário pelo psicólogo, como: identificação do usuário/instituição; avaliação de demanda e definição dos objetivos do trabalho; registro da evolução dos atendimentos, de modo a permitir o conhecimento do caso e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnico-científicos adotados; registro de Encaminhamento ou Encerramento; cópia de outros documentos produzidos pelo psicólogo para o usuário/instituição do serviço de psicologia prestado, que deverá ser arquivada, além do registro da data de emissão, finalidade e destinatário). Destaca ainda que os documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do psicólogo.

No caso de aplicação de instrumentos de avaliação psicológica, Cristina Pellini explica que esses instrumentos propriamente ditos – testes, desenhos, relatos – devem ficar em pasta de acesso exclusivo do psicólogo, como indica a resolução. “O que deve ir para registro e conseqüentemente para o prontuário é o resultado dessa avaliação, ou seja, a análise, a interpretação que o profissional fez como resultado da aplicação daqueles instrumentos.”

Essa mesma orientação se aplica nos casos de atendimento por equipes multiprofissionais, nos quais a situação de um paciente pode ser examinada em conjunto por profissionais diversos de diferentes especialidades. “De acordo com o artigo 6º, do Código de Ética Profissional dos Psicólogos – compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as recebeu de preservar o sigilo.”

Esses registros que fazem parte do prontuário do usuário também devem ser identificados pelo nome completo do profissional, como dispõe a Portaria do Ministério da Saúde 1820/2009 sobre essa questão, em seu artigo 3º, que assegura à pessoa atendida no inciso “IV – registro atualizado e legível no prontuário, das seguintes informações:h) identificação do responsável pelas anotações.” “Quanto a esta questão, orientamos inclusive que os psicólogos identifiquem assinatura, nome completo, n.º de inscrição no CRP nos registros realizados”.

Em caso de serviço psicológico prestado em serviços-escola e campos de estágio, o registro deve contemplar a identificação e a assinatura do responsável técnico/supervisor que responderá pelo serviço prestado, bem como do estagiário.

Outra questão é a de quem pode acessar o prontuário. Como já apontado pela conselheira Cristina Pellini: “O prontuário é de propriedade do paciente”, o artigo 5º da resolução do CFP destaca em seu inciso II – “fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações registradas, pelo psicólogo, em seu prontuário”, ou seja, o usuário poderá dispor do prontuário para verificação (conhecimento) ou obtenção de cópias. Entende-se que o psicólogo deve entregar a cópia do prontuário ao usuário, quando solicitado, segundo referência do Código de Ética Profissional do Psicólogo em seu artigo 1º, alínea h. Importante lembrar, ainda, que o psicólogo deve manter disponíveis materiais psicológicos produzidos para fins de fiscalização, averiguação e orientação, sempre que solicitado pelo CRP.

Por fim, a resolução, em seu art. 4º, aponta que a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço. O período de guarda deve ser de, no mínimo, 05 (cinco) anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei. Por exemplo, na área da Saúde, a guarda do prontuário é de no mínimo 20 (vinte) anos. Deve-se garantir que o registro documental seja mantido em local que garanta sigilo e privacidade e fique à disposição dos Conselhos de Psicologia para orientação e fiscalização, de modo que sirva como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal.



O psicólogo na equipe multidisciplinar: o relacionamento multiprofissional, comunicação do atendimento e o sigilo

Psicólogo que atuava na atenção à saúde, responsável por atendimento de pacientes, aos quais eram dispensados cuidados de outros colegas da equipe de saúde. Em denúncia junto ao Conselho de Psicologia, familiar do atendido alega que o mesmo não realizou o trabalho de modo ético, negligenciando o atendimento.

A partir dos dados colhidos através do devido processo ético, concluiu-se que o profissional não realizou encaminhamentos aos demais colegas da equipe multiprofissional quando necessário; não cumpriu o procedimento de anotar corretamente, em prontuário, o andamento dos atendimentos e, quando poucas vezes o fez, expôs questões do usuário, além do necessário, a terceiros alheios ao tratamento.

Ademais, o psicólogo não cuidou do aspecto ético do sigilo profissional, expondo informações que não cabiam serem repassadas, sem o devido cuidado ético de preservar o melhor interesse do usuário, sem ponderar o repasse apenas daquilo que fosse estritamente necessário à compreensão e favorecimento da atenção integral à saúde desse usuário, pela equipe de saúde.

Como resultado, houve prejuízos nos encaminhamentos do tratamento do usuário, houve imprudência por parte do profissional da Psicologia e o usuário abandonou o tratamento multidisciplinar, o que acarretou em maior comprometimento das condições de saúde do atendido.

Pelo exposto, o profissional, no caso em questão, não cuidou de preservar os princípios éticos de sua profissão, comprometendo sua prática, como também, comprometendo os atendidos. Ao atuar do modo como o fez, o profissional cometeu infração ética, segundo os seguintes artigos do Código de Ética Profissional¹:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:

Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, técnica e tecnicamente;

Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

Art. 3º - O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Art. 6º - O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;

Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Um tema caro à Psicologia, em especial, quando de sua intervenção no campo da saúde multiprofissional, é o tema do registro documental, e nele se encontra as imbricações do sigilo na atuação em equipes. A Resolução CFP n.º 001/2009 que veio disciplinar os registros documentais do psicólogo, define o registro documental como "... a necessidade de contemplar de forma sucinta a assistência prestada, a descrição e a evolução do processo e os procedimentos técnico-científicos adotados no exercício profissional; que o registro documental, além de valioso para o psicólogo e para quem recebe atendimento e, ainda, para as instituições envolvidas, é também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal;...", o profissional não pode se alijar da obrigação de cumprir com esse dever de documentar seu trabalho, de modo claro e preciso, para o benefício do usuário. Trabalhar desse modo é revelar-se comprometido com a Ética.

O psicólogo, ao atender usuários de seus serviços que também estejam submetidos ao acompanhamento de outros profissionais de saúde, em uma equipe multidisciplinar, terá de considerar o trabalho em equipe, o contato do atendido com os demais colegas, as necessidades de trocas interdisciplinares, os encaminhamentos pertinentes a cada caso, as condutas terapêuticas dos demais colegas, as possibilidades e os limites de cada intervenção, tudo visando ao melhor resultado no atendimento do usuário. Seja no atendimento individualizado, seja em uma organização ou em um grupo multiprofissional, o psicólogo responsável pelo atendimento, trará, sob sua inteira responsabilidade a condição de confiança e manipulação de informações de foro íntimo do usuário de seus serviços.

O Código de Ética prevê o sigilo profissional em sua especificidade e uso, assim como o relacionamento do psicólogo com outros profissionais. Espera-se que o psicólogo pondere cada especificidade de sua atuação em uma equipe multiprofissional. O caráter documental de seu trabalho, as intervenções em consonância com o trabalho de demais colegas, as discussões diagnósticas e os encaminhamentos pertinentes formarão parte de um todo que configura o atendimento em saúde para o usuário. O sigilo forma parte desse todo. Ele molda as possibilidades e circunscreve as interfaces de atuação do psicólogo.

Portanto, o cuidado com o sigilo das informações e as trocas dessas com a equipe multiprofissional, para o psicólogo, detentor que é de um conhecimento que deverá fundamentar sua prática, configura-se em uma atitude que legitima a postura do profissional ético, ao cuidar de só expor aquilo que concorra para o benefício ainda maior do bem-estar do sujeito atendido.

¹ Resolução CFP N.º 002/198 7 - Código de Ética vigente até 26/08/2005 (princípios e artigos relacionados ao tema exposto: P.F. I, II, III, IV; Art. 1º "a", "b", "c"; Art. 3º; Art. 6º "a", "b"; Art. 9º, par. Único)

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crsp.org.br - item "legislação".

assis desafio

a atuação dos psicólogos na Assistência Social vem crescendo desde a criação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004.

Área "nova", ela tem colocado uma série de questões a serem enfrentadas, entre elas a necessidade de referências de atuação, a qualidade das relações trabalhistas mantidas com os organismos públicos e os termos de relacionamento com grupos multidisciplinares. Em sua dimensão maior, trata-se, portanto, de avaliar as próprias fronteiras de atuação do psicólogo. O seminário "A Psicologia na Assistência Social: Um compromisso Ético e Político", realizado pelo CRP SP, no último dia 6 de novembro, na Capital, deu aos participantes a oportunidade de debater esses pontos e buscar respostas.

Para a coordenadora do GT de Assistência Social do CRP SP e organizadora da reunião, Lilihan Martins da Silva, o encontro foi um momento de fortalecimento da categoria. Não apenas pela quantidade de pessoas presentes, mas também pelo envolvimento na discussão dos problemas. Serviu ainda para constatar que o Ministério do Desenvolvimento Social está de fato empenhado em estreitar os canais de diálogo com os profissionais. O trabalho terá continuidade com a elaboração das informações pelo GT e o encaminhamento desse material ao Congresso Nacional de Psicologia que será realizado este ano. "Precisamos que os psicólogos participem trazendo respostas", observa.

De acordo com Iolete Ribeiro da Silva, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), existem hoje perto de 7.400 profissionais atuando nos Centros de Referência de Assistência Social, CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social. "Por um lado, esse espaço representa uma oportunidade profissional para a categoria", diz. "Por outro, requer atuação incisiva sobre as distorções existentes". Uma das mais importantes, segundo Iolete, é a fragilidade dos vínculos de trabalho estabelecidos com as unidades geridas pelos municípios, que, com frequência, adotam a contratação temporária.

Assistência social e oportunidade

“Sem o respaldo de uma relação de trabalho segura, a atuação do psicólogo fica ameaçada pelos movimentos políticos locais onde, não raro, a assistência social é vista como um instrumento eleitoral”, diz Iolete. Dessa forma, é necessária maior participação dos profissionais nos conselhos dirigentes dessas entidades e a presença ativa nas discussões sobre o lugar devido ao profissional na estrutura de atendimento. “Os lugares nos conselhos já existem e as pessoas têm que se apropriar deles”, ressalta. As mudanças terão que resultar também de conquistas feitas no dia a dia do trabalho e são, principalmente, responsabilidade do próprio profissional, observa.

QUESTIONAMENTO – “A atuação dos psicólogos na área de Assistência Social não pode ser vista sem se levar em conta os desenvolvimentos históricos do País e da Psicologia”, sustenta Marcus Vinícius de Oliveira, professor da Universidade Federal da Bahia. Segundo ele, o momento atual de construção, e compreensão, dos novos espaços para o psicólogo faz parte de um processo de mobilização pelas políticas públicas, ao longo de muitos anos, o mesmo que propiciou a implantação do SUS. Mas insere-se também no grande plano da história brasileira que tem como uma de suas matrizes a escravidão e a exclusão econômica e cultural dos marginalizados. “A Psicologia, em sua origem e desenvolvimento no País, esteve sempre associada às elites. Isso torna difícil para os psicólogos, em geral formados para a prática clínica dos consultórios, trabalharem agora em lugares onde atendem usuários em estado de vulnerabilidade”, diz. Isso requer, portanto, uma reflexão e questionamento por parte dos psicólogos sobre qual deve ser a contribuição efetiva que podem oferecer à população.

O espaço criado com a Política Nacional de Assistência Social surge ao mesmo tempo em que a categoria avalia o desequilíbrio entre a grande oferta de novos profissionais ingressando no mercado de trabalho e as limitações naturais desse mercado, sobretudo no consultório. Assim, Marcus Vinícius conclamou os

presentes a participarem da transformação, que está ocorrendo “com muita dificuldade”, para, atuando coletivamente, tornarem-se agentes de um quadro em evolução.

CONCURSOS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosário da Costa Ferreira historiou a formação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), lembrando que o programa prevê o compromisso estabelecido entre a União, estados e municípios (atualmente existem 5.142 CRAS e 1.434 CREAS). Todo município que adere ao SUAS deve ter um plano, explicou. E o plano deve contemplar a atuação de pelo menos um assistente social e um psicólogo. As normas de gestão do Ministério, por sua vez, determinam que esses profissionais sejam contratados através de concurso público. Na fase atual, entretanto, a grande maioria ainda não é concursada.

O Ministério vem atuando em duas frentes para resolver esse problema. Mantendo contatos com as unidades de atendimento para a troca de informações e esclarecimento sobre a necessidade do concurso público. Realizando também um levantamento dos editais de contratação, a partir do qual será possível orientar essas entidades sobre que tipo de requisições



Evento promovido pelo CRP SP teve grande participação dos psicólogos que atuam na área da Assistência Social.

devem apresentar esses documentos. Nesse sentido, explica a técnica do Ministério, o órgão tem mantido diálogo constante com o CFP e com os CRPs. Segundo ela, uma fonte importante para balizar esse trabalho tem sido o material produzido pelo Crepop, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, órgão criado pelo CFP que realiza pesquisas e produz documentos para subsidiar a formulação dessas políticas. ●

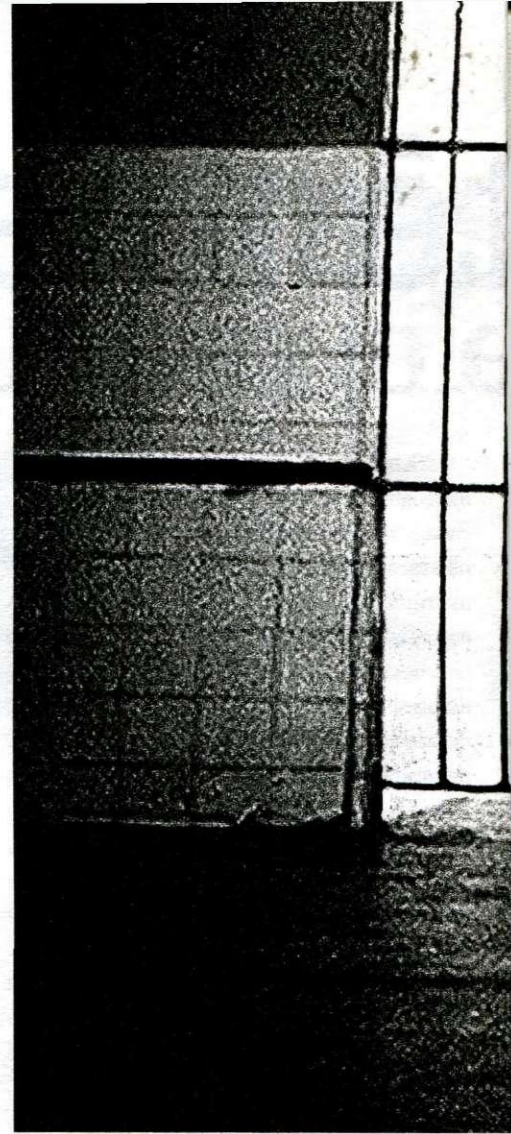
OS NÚMEROS DO CREPOP

Ampliar o conhecimento sobre as práticas profissionais dos psicólogos é uma das atribuições do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Entre essas contribuições está a pesquisa realizada, no primeiro semestre de 2007, sobre o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Esse documento de referência pode ser acessado no [site crepop.pol.org.br](http://sitecrepop.pol.org.br). Outras informações pelo telefone (11) 3088-3270.

O trabalho ouviu 281 profissionais, em quase todos os estados do país, e seu resumo (disponível no site do Crepop) traz indicadores quantitativos que ajudam a captar parte dessa realidade. 86% dos pesquisados trabalham no campo específico há menos de 5 anos, mostrou o levantamento. A quase totalidade (89%) atua em equipes multidisciplinares compostas principalmente por assistentes sociais (84%), pedagogos (41%) e socioeducadores (40%).

Os dados constataam que 45% participaram de algum curso de capacitação voltado para a atividade e somente 12% possuem título de especialista concedido pelo CFP. O perfil mostra ainda entre esses profissionais a predominância do sexo feminino (86%) e idade inferior a 36 anos (66%).

Fechar a porta de entrada dos manicômios judiciários e abrir as de saída. Essa foi uma das propostas debatidas no I Simpósio Internacional sobre Manicômios Judiciários e Saúde Mental, realizado em São Paulo, na perspectiva de findar com instituições desse gênero no País. Enquanto isso não acontece, porém, é preciso atender os que se encontram reclusos. No evento foi defendida a necessidade de dar ênfase ao aspecto da Saúde, a partir das diretrizes políticas do SUS, superando a lógica penal posta pela ótica da Segurança.



a desconstr

existem hoje no País 23 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, nos quais se encontram pouco mais de 4 mil pessoas reclusas. O fato de estarem sob o olhar simultâneo de duas áreas – a Justiça e a Saúde – não tem significado maior atenção para essas entidades e seus internos. Não há como alegar surpresa: numa sociedade que pouco interesse demonstra pelo destino dos loucos e, menos ainda, pelo dos criminosos, não é de estranhar que uma instituição criada para loucos e criminosos permaneça esquecida na maior parte do tempo. Ao discutir políticas e práticas nesse âmbito, o I Simpósio Internacional sobre Manicômios Judiciários e Saúde Mental, realizado em setembro, na Faculdade de Saúde Pública da USP, contribuiu para colocar a questão

dos manicômios judiciários em evidência.

O evento foi promovido pelo Laboratório de Saúde Mental Coletiva (Lasamec) do Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP e pela Coordenadoria de Saúde da Secretaria de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). Em pauta estiveram temas como as políticas públicas para os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP); as possibilidades de assistência aos pacientes dessas instituições e os processos de desinstitucionalização, entre outros. Ao final do encontro foi redigida a Carta de São Paulo e uma moção de repúdio contra a Unidade Experimental de Saúde (UES SP), destinada a jovens autores de atos infracionais, por violar todo o ordena-

mento jurídico relacionado à saúde mental, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente.

Um dos aspectos enfatizados pelos participantes foi a necessidade de fechar a porta de entrada dos manicômios judiciários e abrir a de saída, numa linha estratégica de enfrentamento da situação existente na área e em consonância com o espírito da reforma psiquiátrica.

O problema tem origens remotas. Conforme apontou a Psicóloga e Professora do Curso de Psicologia da PUC-MG, Fernanda Otoni, o manicômio judiciário foi a forma que os reformadores do século XIX encontraram para resolver o problema que a loucura colocava para a ordem jurídica. “O pressuposto de então era que o ser humano era um sujeito racional, dotado de



A CASA DOS MORTOS

Um olhar sobre a realidade dos manicômios judiciários pode ser visto no filme *A Casa dos Mortos*, de 2009, da antropóloga e documentarista Débora Diniz, que é também professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos. O documentário tem Bubu como personagem guia. Trata-se de um poeta com doze internações em manicômios judiciários, que mostra como os hospitais-presídios sentenciam a loucura à prisão perpétua. O filme relata histórias em três atos de morte. Jaime, Antônio e Almerindo são homens anônimos, considerados perigosos para a vida social, cujo castigo será a tragédia do suicídio, o ciclo interminável de internações, ou a sobrevivência em prisão perpétua nas casas dos mortos. O documentário pode ser conferido no endereço www.acasadosmortos.org.br.



ução do manicômio judiciário

livre arbítrio, que poderia escolher entre seguir ou não a lei. Não o fazendo, estaria sujeito às penas impostas pelo Estado.” O que fazer, contudo, diante dos crimes sem razão? Foi nesse ponto, segundo ela, que o saber médico veio em auxílio ao sistema jurídico, afirmando que o autor de tais crimes é alguém alienado, que não sabe o que está fazendo. “Não podendo responder por seus atos, ele está fora do sistema jurídico. O sistema penal não o alcança. Assim, ao mesmo tempo em que é absolvido de seu ato, o autor do crime deixa também de ser um sujeito de direitos. E o manicômio judiciário é o espaço no qual ele será contido, anulado, e onde permanecerá afastado da sociedade.”

Para a psicóloga, a solução para os manicômios judiciários passa, portanto, por

uma retomada, pelo Direito, da sua função – isto é, dar ao cidadão o direito de responder até o final pelos seus atos. “E, se for o caso de ser considerado inimputável, que receba cuidados médicos dentro da lógica de atenção do SUS, em liberdade. Se é inimputável, não pode ser punido.”

Visão semelhante foi defendida pelo Promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, que está ligado a uma das experiências mais bem-sucedidas na área: o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (Paili), criado no Estado de Goiás, em outubro de 2006. O Paili modificou a visão sobre o tratamento das pessoas submetidas a medida de segurança, passando a focar sua situação fundamentalmente sob o ponto de vista de saúde pública. A partir de sua implantação, médicos e equipes psicossociais

de clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) determinam e colocam em prática a terapêutica mais recomendada, sendo acompanhados nesse processo pelos profissionais do Paili.

Segundo Haroldo, essa nova proposta leva em conta, de um lado, a própria lógica que resulta na aplicação de medida de segurança e, de outro, a criação da Lei 10.216, a chamada Lei Antimanicomial, de 2001. É o próprio Haroldo que explica: “Se uma pessoa comete um crime e se constata que ela sofre de doença mental, o juiz pode dar uma decisão absolvendo essa pessoa e remetendo-a a uma medida de segurança, que pode ser uma internação psiquiátrica ou um tratamento ambulatorial”. O promotor observa que, nesse momento, cessa qualquer possibilidade vingativa. ➔

de olho no atendi

“A medida que se dará a essa pessoa não é um castigo, não é uma sanção; é uma medida terapêutica para controlar o que a própria lei chama de periculosidade e que visa, ao final, a reintegração à sociedade.”

Já com relação à Lei 10.216, Haroldo afirma que o paciente, uma vez aplicada a medida de segurança, deve ser necessariamente atendido pelo sistema de saúde. “A nova lei mudou o paradigma de atendimento. Antes, o paciente era visto como um problema de segurança pública, alguém que ia para um manicômio judiciário para ficar contido. Com a nova lei, esse paciente se tornou um sujeito de direitos e que vai receber atendimento na rede de saúde pública.”

Esse, contudo, é apenas um aspecto dentro de um quadro mais amplo. Haroldo observa que as práticas de desinstitucionalização partem de uma premissa não confessada: a de que o manicômio produz problemas. “Com a desinstitucionalização, estamos tentando resolver um problema causado pela existência do manicômio. Por isso defendo, entre outras coisas, que é preciso fechar a porta de entrada. Se não fizer isso, nunca vamos resolver esse problema. E a própria lei prevê que, para os casos de institucionalização de longa duração, precisa haver uma política de recolocação planejada na sociedade. O problema é que a Lei 10.216 ainda não é amplamente conhecida por juízes e promotores de justiça. Ou quando é, nem sempre há uma interpretação de que a nova lei modificou a lei anterior. Isso precisa mudar”, diz. ●



Martinho Braga Batista e Silva é psicólogo, formado pela Universidade de Brasília. De 2000 a 2008, atuou em Centros de Atenção Psicossocial no Rio de Janeiro. Nesse período, concluiu mestrado em Saúde Coletiva, realizado sob a orientação do professor Sérgio Carrara, aproximando-se da questão dos manicômios judiciários. Desde o ano passado está na Área Técnica de Saúde do Sistema Penitenciário, do Ministério da Saúde.

Na entrevista a seguir, ele fala sobre o trabalho que está sendo desenvolvido.

PSI – Qual o objetivo da sua área?

Martinho – A Área Técnica de Saúde do Sistema Penitenciário foi criada a partir de uma portaria interministerial, a 1.777 de 2003, da Saúde e da Justiça. Essa portaria institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, com o objetivo de organizar as ações e serviços de saúde nesse campo, com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Meu trabalho consiste em monitorar o andamento dessas ações, que são desenvolvidas por equipes de saúde, formadas por médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais e psicólogos.

PSI – Que desafios a área tem pela frente?

Martinho – Quando assumi, a área tinha dois desafios importantes: DST/AIDS e Saúde Mental. Fiquei incumbido do segundo. Mais especificamente fui colocado diante da seguinte questão: o que fazer para lidar com agravos psicossociais decorrentes da institucionalização? Isto é, pessoas cujos problemas só se manifestam por estarem presas. Isso é um quadro psicológico? É um caso psiquiátrico? Isso tem manejo? Estou na área exatamente para pensar as alternativas de atendimento nesses casos e também para uso abusivo de álcool e drogas.

PSI – Há alguma situação particularmente difícil?

Martinho – Sim, os casos de urgência. As soluções tradicionais passam por “encher” a pessoa com medicamentos e/ou enviar para internação e/ou colocá-la em uma área isolada. O Plano Nacional de Saúde, quando surgiu, tinha uma outra proposta para esse tipo de situação. A ideia é que essas pessoas possam ser atendidas de forma adequada, sem que sejam violados os seus direitos e principalmente sem que o atendimento de saúde contribua para manter essa pessoa dentro da instituição. Mas essa não é uma situação simples de lidar. Entre outras coisas, requer mudanças nas atitudes dos diversos profissionais de saúde que atuam na área.

→ premiação

madre cristina

a inovação na psicologia

Com 97 trabalhos inscritos, prêmio mostra como o processo de inovação está avançando na Psicologia.

O CRP promoveu, de 10 a 12 de dezembro último, no Espaço Apas, em São Paulo, I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia e o Prêmio Madre Cristina. A Mostra teve a finalidade de apresentar os avanços e a diversidade da Psicologia, além de divulgar e premiar práticas inovadoras desenvolvidas pelos psicólogos do Estado de São Paulo e contou com exposição de pôsteres dos trabalhos selecionados, apresentação de vídeos conferência e debates.

O Prêmio Madre Cristina, entregue no encerramento do evento, no dia 12, constituiu um incentivo e o reconhecimento do mérito dos profissionais envolvidos em práticas inovadoras e transformadoras dentro da Psicologia. O Conselho recebeu um total de 97 inscritos. Foram premiados 10 profissionais, que receberam um troféu, um certificado e, conseqüentemente, o reconhecimento público pelo seu trabalho.

Para a coordenadora Lúcia Fonseca Toledo, o evento de 2009 também se inovou. "Em edições anteriores, nós dividíamos os trabalhos em áreas de atuação específicas, como Educação, Saúde e outras. Este ano, optamos por não criar essa separação e acreditamos que isso permitiu um diálogo mais amplo entre as várias áreas", avalia. Mais do que uma simples questão formal, Lúcia nota que essa proposta também aponta para a integração que deve existir na área das políticas públicas, nas quais os psicólogos estão cada vez mais envolvidos.

O evento também foi marcado pela presença de convidados que destacaram a trajetória de vida de Madre Cristina. Falando em nome da diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, a psicóloga Dalka Chaves de Almeida Ferrari destacou a trajetória de lutas de Madre Cristina no campo social. "Uma das características do Sedes, desde a sua criação por Madre Cristina em 1977, foi a de abrigar linhas diversas de pensamento, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista de abordagens científicas. Essa vontade de agregar, de fazer nada menos que o melhor para a humanidade, foi uma das principais marcas de Madre Cristina", diz.

Dalka apontou ainda os riscos e ameaças por ela sofridos ao longo do período da ditadura militar, época na qual abrigou perseguidos daqui e de outros países da América Latina. E falou de seu empenho, já no período de democratização, de apoio a movimentos sociais que então se estruturavam como foi o caso do Movimento Sem-Terra. Nesse sentido, ela considera que o Prêmio Madre Cristina, por seu sentido de compromisso social e de inovação, faz justiça ao legado deixado pela religiosa e psicóloga.

Outras informações do evento podem ser conferidas no *site* do CRP: www.crp.org.br/mostra. Veja abaixo a lista dos vencedores e os respectivos trabalhos.



Andreza Aparecida de Lima	Encontro intergeracional adote um velho amigo: quebrando paradigmas e desmistificando inverdades.
Dario Henrique Teófilo Schezzi, Márcia Zuardi, Luciano Valle, Roberta Cury, Fernanda Vieira, Ana Carolina Gonçalves, Lucas Fernandez e Ana Paula Leivar Brancaloni	Desabafos de bonecas: relatos de travestis.
Julia Shellard Corrêa, Ed Otsuka, Ricardo Santoro, Renata Martins Brandão, Gabriela Felix Teixeira e Raquel Cleide da Mota Carvalho	Copa da inclusão.
Marcia Regina da Silva, Rosilene Ribeiro de Oliveira, Patrícia Pedrosa, Tatiane Carvalho, Marcia Mendes, Gabriela M. Gracia, Roselene M. de Toledo, Susy Cristina S. dos Santos, Viviane Palmieri, Leticia M. Lopes e Mara da Silva Martins	Diálogos por uma cultura da adoção: grupos de apoio e reflexão a candidatas à adoção.
Margarida Calligaris Mamede	Acompanhamento terapêutico no manicômio judiciário: novos atalhos para além dos muros.
Rosane Mantilla de Souza, Maria de Betanea Paes Norgren e Rosalba Filipini	Grupos de apoio para crianças e adolescentes que vivenciam divórcio parental.
Simone Piñeiro Bressan	Psicologia e juventude: construindo a cidadania no centro de referência de assistência social.
Tereza Marques de Oliveira	Atenção materna primária e consulta terapêutica: uma proposta de prevenção comunitária.
Thiago Suzigan Dagnoni	Teatro e esquizofrenia "Branca de Neve e alguns anões".
Vivian Redondo Fernandes, Roseli Cruz, Marina Luiza De Oliveira Watanabe, Carolina Helena da Silva, Lígia Giusti Pereira e Mauro Gibson Pereira	A experiência da gestação: gestar a possibilidade de transformação e resgate.

mento

PSI – Como está o diálogo com a área da Justiça?

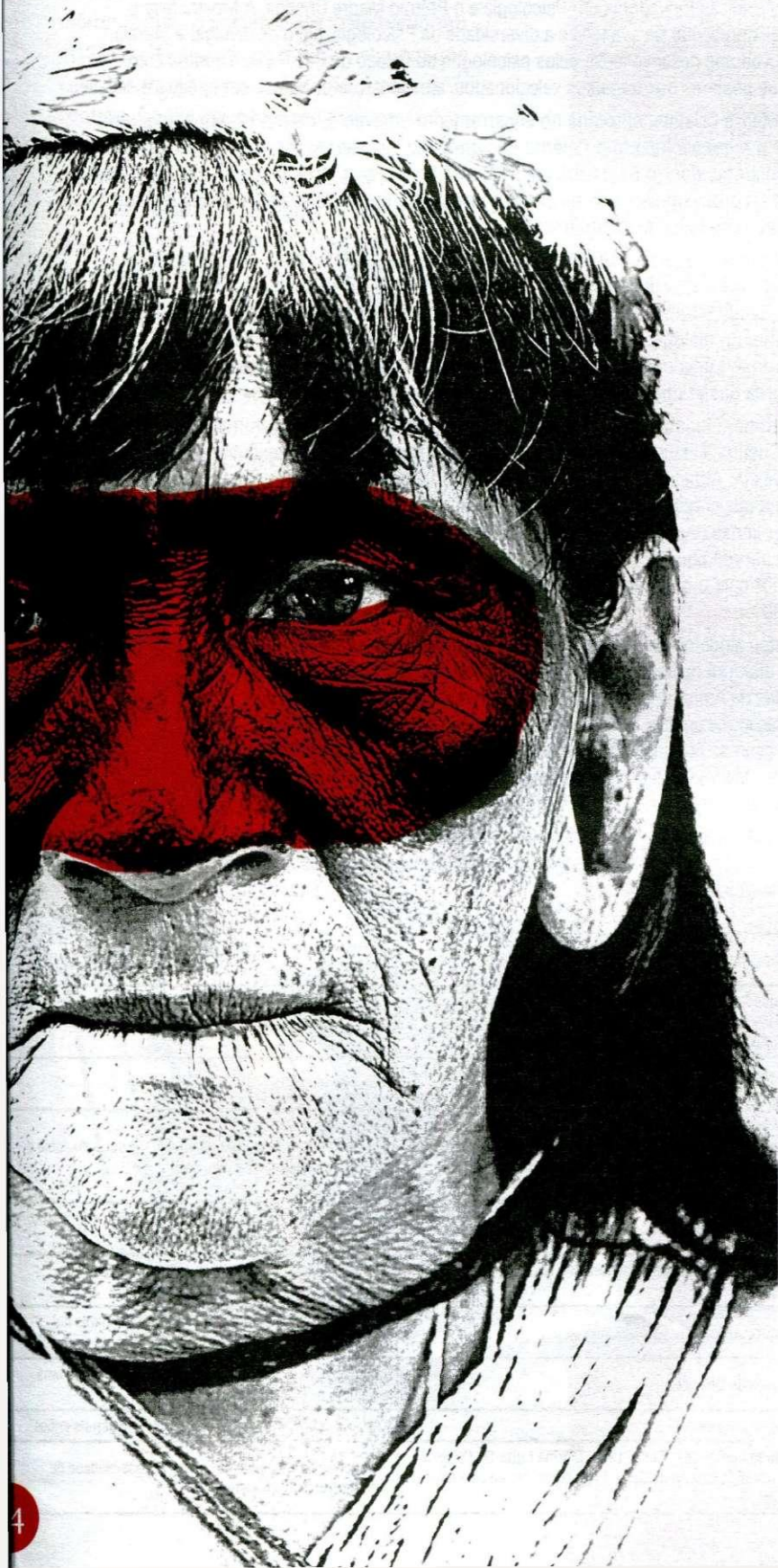
Martinho – A gente tem uma grande sorte, nesse momento, que é ter a psicóloga Ana Cristina Alencar Bezerra, que foi da área técnica de saúde do sistema penitenciário, atuando na área de coordenação de reabilitação social e de ensino do Depen. Ela é o nosso contato para tratar de questões de saúde. No contato com ela conseguimos fazer duas coisas que já vinham sendo buscadas há muito tempo. Primeiro a realização de uma pesquisa, pela Universidade Federal de Minas Gerais, que é um censo sobre todas as unidades prisionais nas quais há equipes de saúde envolvidas. O resultado desse censo vai subsidiar grande parte das nossas reformulações do Plano Nacional. Nós vamos ter condições de saber o que está sendo feito em comparação com aquilo que a atenção básica faz. Se você vai a um posto de saúde, quanto tempo demora para ser atendido? Se você está preso, demora mais tempo? Demora menos? Esse é o critério. Não é um critério ideal, mas um critério prático.

PSI – E a segunda coisa...

Martinho – A segunda coisa é que nesse momento conseguimos ter um diálogo entre o Depen e a Coordenação de Saúde Mental, ou seja, temos pessoas atuando em nível federal para lidar com essa questão. Não vejo soluções simples e rápidas, mas numa estratégia de mais longo prazo é importante reforçar dois tipos de iniciativas que estão ocorrendo em alguns lugares do País: a primeira é que, ao receber uma medida de segurança, as pessoas venham a ser internadas; a segunda é que as pessoas já internadas recebam um atendimento voltado para a reinserção social. O Instituto Forense Psiquiátrico do Rio Grande do Sul e o PAI PJ, em Minas Gerais, são duas experiências nessa linha.

povos indígenas

a psicologia quer ser parte



gerar recomendações para os psicólogos que atuam junto aos Povos Indígenas foi um dos objetivos centrais dos três encontros interdisciplinares sobre a área, realizados em 2009 pelo Conselho

Regional de Psicologia de São Paulo e com o apoio das subsedes do Vale do Paraíba, Baixada Santista e Vale do Ribeira e de Assis. A realização de mais de um evento, e fora da capital paulista, foi uma das diferenças em relação a 2008. A proposta, segundo a conselheira Lumena Celi Teixeira, coordenadora do GT Psicologia e Povos Indígenas do CRP SP, foi a de levar o debate para áreas do Estado de São Paulo nas quais há uma presença significativa daquelas populações.

O sucesso da iniciativa foi particularmente grande na cidade de Tupã, que atraiu 85 participantes, entre caciques e lideranças indígenas, além de técnicos das áreas de Saúde e Educação. Boiçucanga, no Litoral Norte e Itanhaém, no Litoral Sul, foram as duas outras cidades nas quais aconteceram os demais encontros.

A estrutura dos eventos consistiu de debates no período da manhã, seguidos de grupos de trabalho na parte da tarde.

Basicamente, os participantes desses grupos tinham como objetivo responder a duas perguntas: 1) quais são as possíveis contribuições dos psicólogos nesse campo? e 2) Quais as ações concretas que você, como ator social de uma rede local, pode colocar em prática?

“Os eventos obtiveram uma resposta muito boa”, avalia Lumena. Um aspecto importante, segundo ela, é que torna-se cada vez mais claro para os indígenas que o trabalho dos psicólogos não se limita apenas ao cuidar do indivíduo, mas também envolve uma atuação que é própria da Psicologia Social. “Isso significa, por exemplo, trabalhar para a inserção da temática indígena nas políticas públicas, além de trabalhar com os agravos à saúde, resultantes do uso abusivo do álcool e outras drogas ou ainda para fortalecer a identidade nativa frente à dominação cultural da sociedade nacional envolvente e aos lugares sociais desvalorizados”, diz. Para os interessados,

nas da solução

Lumena lembra que ainda no primeiro semestre de 2010 será lançado o caderno temático “Psicologia e Povos Indígenas”, que conterà a transcrição das palestras realizadas nos encontros.

Vale observar que a proximidade da Psicologia com as questões indígenas é ainda recente. Um primeiro movimento importante nessa direção ocorreu em fins de 2004, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Conselho Indígena Missionário (Cimi) promoveu um grande seminário nacional sobre povos indígenas. De lá para cá, diversas iniciativas contribuíram para uma abordagem sistemática dessa temática pela Psicologia, entre elas a criação de um Grupo Eletrônico com o objetivo de permitir a troca de experiências entre os seus participantes.

Um aspecto importante nessa aproximação é que os psicólogos assumem a necessidade de dialogar com profissionais de outras áreas do conhecimento que se dedicam há mais tempo às questões indígenas. É também nesse contexto que fica evidenciada a importância da criação das recomendações. Ainda que de caráter geral, elas apontam diretrizes importantes para que os psicólogos possam exercer seu trabalho na área da melhor forma possível (*veja box*).

Nesse sentido, vale destacar também a realização do Colóquio Psicologia e Povos Nativos, ocorrida no auditório do CRP, em 13 de novembro. O evento contou com as participações das lideranças indígenas Luiz Karaí, Darã e Marcos Tupã; da professora Maria Inês Ladeira, sócia-fundadora e coordenadora de projetos do Centro de Trabalho Indigenista; do psicólogo, ex-assessor do Cimi e atual assessor especial do presidente da República para questões indígenas Paulo Maldos e de Ubiratan D’Ambrósio, professor emérito da Unicamp e importante figura da Transdisciplinaridade no cenário mundial.

Tanto nos encontros no interior como no colóquio na sede do CRP SP buscou-se a elaboração de propostas a serem encaminhadas ao VII Congresso Nacional de Psicologia (*ver matéria de capa na página 4*). Essas propostas servirão de base para a atuação dos Conselhos de Psicologia nos próximos três anos. ●

AS RECOMENDAÇÕES

Confira, a seguir, as principais recomendações resultantes dos encontros realizados em Boiçucanga, Itanhaem e Tupã:

- O desafio das sociedades nativas é poder manter um contato com a sociedade nacional sem perder a integridade cultural e étnica. Esse desafio deve ser tratado também como premissa ético-política dos psicólogos com as comunidades indígenas, embasando suas práticas e concepções.
- Apoiar as lutas dos povos indígenas, especialmente pelo direito à terra e a implantação de projetos estruturantes que promovam o desenvolvimento sustentável das aldeias.
- Estudar sobre as culturas nativas para conferir legitimidade às ações, respeitando a diversidade étnico-cultural das populações com as quais venha a trabalhar. Garantir uma atuação cuidadosa, criteriosa.
- Contribuir para a efetivação de relações mais horizontais entre a sociedade nacional e a sociedade nativa. Fomentar o diálogo, atuando na administração ou resolução dos conflitos interculturais.
- Promover saúde mental a partir de um enfoque psicossocial, com base nos determinantes sócio-históricos dos problemas enfrentados hoje pelas diversas comunidades. Superar relações históricas de dominação.
- Contribuir para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Promover vínculos integradores da comunidade, através do fortalecimento da identidade étnica e cultural e da legitimação dos conhecimentos tradicionais. Aprender com eles.
- Contribuir na articulação dos profissionais de Saúde para o trabalho em rede. Deve-se estabelecer objetivos comuns, para efetivação de uma Rede de Atenção local, enfatizando o trabalho multiprofissional e interdisciplinar.
- Atuar na capacitação das equipes de Saúde, ajudando na identificação das melhores práticas ou estratégias, por meio da construção de sentidos compartilhados. Compreender e legitimar o conceito saúde-doença do ponto de vista nativo.
- Contribuir nas discussões interdisciplinares, especialmente sobre a natureza dos processos psicossociais e a ética nas relações interculturais.
- Dar suporte emocional aos membros das equipes multiprofissionais de Saúde para lidarem com as limitações e frustrações advindas do atendimento às populações nativas.
- Apoiar a educação indígena diferenciada, expressa pela Constituição Federal, que garante uma educação bilíngue e a valorização étnica e cultural.
- Realizar ações conjuntas com os educadores indígenas, assessorando atividades de capacitação, diagnóstico e estudos, contribuindo com a melhoria da qualidade da educação indígena.
- Inserir a temática indígena nos espaços de debate e formulação de políticas públicas, como Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Saúde, da Assistência Social, da Educação. Torná-los presentes na política local. Incentivar a participação de lideranças indígenas nesses espaços, dar voz a seus representantes.
- Realizar pesquisas de campo garantindo que os princípios éticos prevaleçam aos interesses acadêmicos. Garantir a devolutiva dos conhecimentos produzidos às comunidades.

criança e adole hora de r

*Dezenove anos depois do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) e 20 anos depois da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, circulam pelo Congresso projetos como o de redução da maioridade penal ou, em diversos municípios, adotam-se medidas restritivas como o toque de recolher – iniciativas que conflitam com a ideia de proteção existente naqueles dois documentos. Como se explica essa situação? Quais as perspectivas de evolução desse quadro? Para falar sobre o tema, o Jornal PSI ouviu **Wanderlino Nogueira Neto**, Consultor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced – Seção Brasil do Defense for Children International – DCI), entidade presente em quinze Estados brasileiros, a partir da ação desenvolvida pelos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedecas) filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes. Segundo ele, o Estatuto da Criança e do Adolescente representou um salto de qualidade se colocado em oposição ao velho Código de Menores e à Lei do Bem-Estar do Menor. Contudo, diz, há um certo ufanismo quando se repete que temos “a melhor lei de promoção e proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes do mundo”. “Penso que ainda é preciso dar efetividade e prevalência às normas principiológicas dos direitos fundamentais contidas na Constituição Federal e na Convenção sobre Direitos da Criança, da qual o país é signatário.” A seguir sua visão sobre o assunto:*

UM HISTÓRICO – “Em 1990 o Estatuto era a norma possível num contexto adulto-cêntrico e conservador. A partir de diversas expressões do movimento social, do Unicef e de vários pensadores da Academia e do meio jurídico-institucional, produziu-se um novo e revolucionário discurso teórico – a chamada Teoria da Proteção Integral – que embasou o texto do Estatuto e principalmente da Constituição Federal. De uma forma que se poderia chamar de premonitória, esses textos antecipavam o acolhimento pela ONU da Teoria dos Direitos Humanos de Crianças.”

O AVANÇO – “Ocorre que o contexto social e político e institucional brasileiro é cíclico, seja na suas tendências, seja nas suas manifestações. Entre 1985 e 1990, os tempos eram ruins para se falar em emancipação da infância e em integralidade da atenção. Já na fase imediatamente seguinte à Constituição, à Convenção e ao Estatuto viveu-se um tempo epifânico, com expressões organizativas do movimento social abrindo novos espaços e produzindo novos mecanismos de exigibilidade de direitos. Isso resultou em alterações no modo de desenvolver políticas públicas e de acessar a Justiça. Mas, com o passar do tempo, voltou-se atrás.”

sciente ever as leis

OS RETROCESSOS – “Pouco a pouco, tornou-se cada vez mais difícil a construção de uma democracia real, representativa e participativa, um desenvolvimento humano autossustentado e uma linha de prevalência dos direitos humanos. As forças retrógradas e castradoras do passado se reorganizaram e voltaram a levantar suas bandeiras de repressão controladora, de proteção tutelar, de neo-retribuição penal e coisas mais nessa linha. É um reflexo do quadro político nacional no qual essas forças conservadoras se tornam mais agressivas para não perder seus espaços de dominação.”

OS NOVOS DESAFIOS – “Tudo isso exige a reorganização das nossas ‘Forças do Bem’, para lutarmos, por exemplo, contra o rebaixamento da idade penal; contra as imposições de toques de recolher; contra a excessiva e desnecessária institucionalização (abrigamentos e internações); contra o esvaziamento dos conselhos de direitos; contra as deformações nos conselhos tutelares; contra a ‘menorização’ da Justiça Juvenil; contra o enfraquecimento das defensorias públicas e outras procuraturas sociais.”

HORA DE REVER AS LEIS – “Para alcançar esse objetivo, entendo que será necessário estimular uma revisão ampla da legislação brasileira para que ela se adapte à Convenção e à Constituição. O Estatuto foi editado com base na norma constitucional, que diz que a União deve editar normas gerais de ‘proteção dos direitos da infância e da juventude’. E o fez soberbamente com o Estatuto. Mas esse ordenamento jurídico geral precisa de sua complementação por meio de normas específicas que a própria Constituição também prevê e obriga. Precisamos, pois, de normas-regras que detalhem mais as normas-princípios (e sejam absolutamente fiéis a elas) do Estatuto, da Convenção e da Constituição. Normas novas que detalhem o papel de formulação de políticas públicas em caráter deliberativo (afastando esse equívoco de falarmos em ‘deliberação de políticas’) e de controle das ações públicas dos conselhos dos direitos. Precisamos de norma federal (e de reforma urgente da legislação municipal) que indique procedimentos de atuação dos conselhos tutelares, que defina melhor o provimento de seus cargos, que estabeleça normas gerais sobre o regime jurídico dos conselheiros. Precisamos de normas procedimentais mais detalhadas sobre a execução de medidas socioeducativas e de medidas cautelares aplicadas a adolescentes em conflito com a lei; normas essas que viabilizem a implementação do Sinase em todo o país (no momento, em conclusão do processo legislativo no Senado Federal). E assim por diante!”

SEM MEDO – “Isso precisa ser feito de forma radical e sem medos. Acredito que é necessário radicalizar as concepções de criança como sujeito de direito, de autonomia emancipatória e de participação proativa. A hora não é mais de fortalecermos instituições, pessoas e equipamentos; mas de fortalecermos os papéis deles que estejam de acordo com nossas bandeiras de luta, com os paradigmas éticos dos direitos humanos.” ●

camará compa

A Praia do Itararé, a Biquinha e a Ponte Pênsil são pontos turísticos bastante conhecidos de São Vicente. Uma parte considerável de seus 330 mil habitantes, contudo, ocupa áreas raramente frequentadas por visitantes de outras cidades. Distantes da orla marítima, bairros como Humaitá, Vila Ema, Samaritá ou Vila Margarida vivem a mesma realidade de violência e pobreza de outros grandes municípios brasileiros. Não é fácil responder às difíceis situações geradas nesse cenário. Mesmo assim, um engenheiro e uma psicóloga entenderam que valia a pena tentar.

O Camará ainda desenvolve outras iniciativas, como o Ateliê Camará – oficina de artes plásticas que também promove geração de renda; o Vila das Famílias – que envolve ações socioeducativas voltadas a apoiar famílias da Vila Margarida e o Bloco Eureka – bloco carnavalesco que traz temas em defesa de crianças e adolescentes.

Ainda que o muito que se faça seja pouco diante da necessidade, Lumena considera que, em seus 12 anos de vida, o Camará alcançou conquistas importantes. Uma delas foi despertar a atenção das autoridades locais para a questão da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes. O Camará contribuiu para que o tema passasse a ser abordado nos conselhos locais e para que se desenvolvessem planos municipais voltados ao enfrentamento dessa situação. Além disso, tem estado presente no bairro de Vila Margarida, auxiliando na proteção de algumas jovens, com a participação frequente de João Carlos Guilhermino e da monitora Michele Lima, 16.

Uma aliada curiosa no trabalho do Camará com jovens em situação de exploração sexual tem sido a dança do ventre. “Muita gente estranha, porque associa essa forma de dança à sensualidade”, diz Lumena sorrindo. Mas, segundo ela, é que a dança do ventre proporciona uma consciência corporal muito grande e, mais do que isso, trabalha muito a dimensão do feminino. Colocado de outro modo: ajuda as garotas a conhecerem e a valorizarem o seu próprio corpo e, por consequência, a si mesmas.

Quanto ao nome da entidade, “Camará”, uma última curiosidade. “Vem do tupi-guarani, de camarara, que significa “companheiro de luta”, diz Lumena. A luta, ela admite, tem sido difícil. Mas tanto ela quanto João Carlos não têm dúvida: continua valendo a pena. Quem quiser conferir pode acrescentar mais um destino em sua próxima ida à São Vicente. Além da Biquinha, da Praia de Itararé e da Ponte Pênsil, pode ir visitar a sede do Camará, na Rua Caminho dos Barreiros, 491. As portas estão abertas. ●

O engenheiro é João Carlos Guilhermino da Franca e a psicóloga é Lumena Celi Teixeira. Em 1997, os dois trabalhavam em um abrigo em São Vicente e se preocupavam com o destino dos adolescentes que deixavam a instituição assim que completavam 18 anos. Da ideia de dar um suporte a esses e a outros jovens em situação de risco social nasceu a organização não governamental Camará. Doze anos depois, a iniciativa que começou com um encontro semanal de orientação numa sala no centro da cidade se ampliou. Hoje o Camará desenvolve um amplo conjunto de projetos e iniciativas que, ao longo do tempo, tem aberto perspectivas para centenas de jovens e suas famílias.

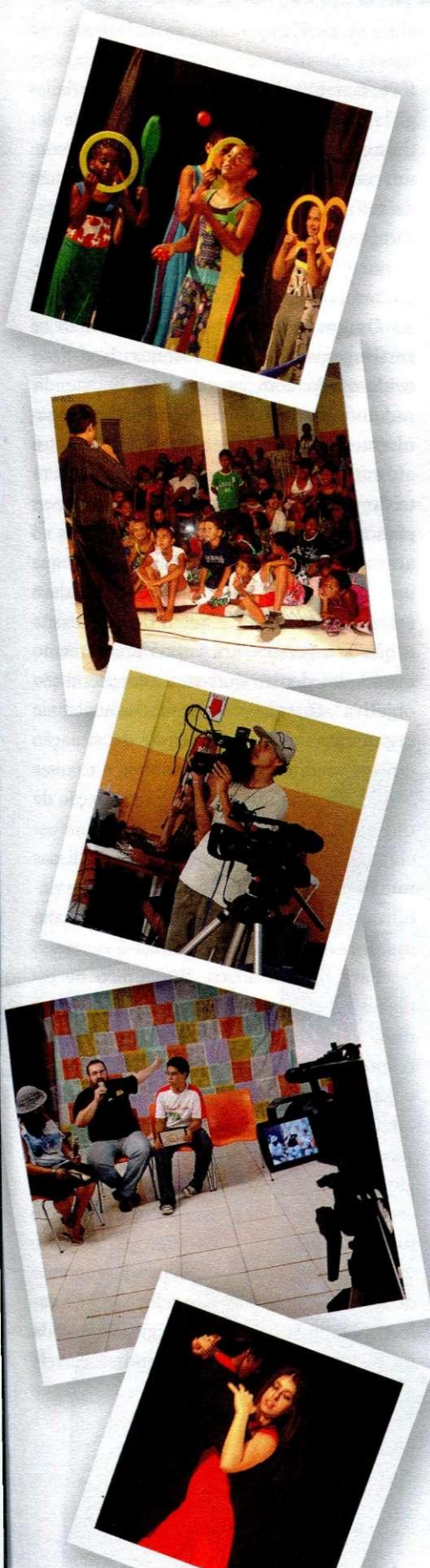
“Temos três grandes linhas de ação”, explica Lumena. “Atuamos na área psicossocial, atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade social; participamos de espaços de debates de políticas públicas, especialmente no campo dos direitos de cidadania e da cultura, e também estamos envolvidos com a produção de conhecimento obtido a partir do nosso trabalho, realizando pesquisas, seminários e cursos.”

Dois dos projetos atualmente em curso no Camará são o Comunidade em Cena, patrocinado pela Fundação Citi, e o CulturAtiva, aprovado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura. O Comunidade em

Cena tem como objetivo formar 30 agentes culturais oferecendo atividades de vídeo, educomunicação, animação sociocultural, cultura digital e cidadania ativa. Os participantes formam grupos nas comunidades e a meta é a multiplicação de conhecimentos entre 500 outros jovens. O CulturAtiva, por sua vez, visa promover o desenvolvimento cultural da comunidade e a participação dos jovens nos processos de produção cultural, com destaque ao teatro e ao audiovisual.

EDUCOMUNICAÇÃO – Os dois projetos são desenvolvidos de forma integrada e seguem a proposta da chamada “Educomunicação”, explica Lumena. “Nós procuramos, por meio deles, dar condições para que os jovens não apenas produzam peças de comunicação, mas também se tornem capazes de analisar criticamente os produtos de comunicação existentes”. Entre outros recursos, o Camará conta hoje com equipamentos de vídeo que permitem a produção do WebTV Comunidade em Cena – série de programas transmitidos pela *web*, inteiramente produzidos pelos jovens. Outro destaque na área da produção cultural é o teatro, que atualmente se apresenta com a peça “Um Conto Que Eu Vou Te Contar”, dirigida por Álvaro Fernandes, um dos jovens que se integraram à entidade ainda nos seus primeiros tempos.

nhheiro de luta



UMA RÁDIO

Kelly Ramos é uma das jovens em processo de formação no projeto Comunidade em Cena, do Camará. Aos 22 anos, começou participando do teatro do Camará e hoje está integrada à equipe da entidade – atividade que ela divide com o curso de Pedagogia à noite e com o trabalho como vendedora de castanhas, junto com o pai, na Ponte Pênsil. Pelo Comunidade em Cena, Kelly atua na escola CAIC-Humaitá, na área continental de São Vicente. Ali, entre diversas ações culturais, ela orienta os alunos na realização de um programa de rádio. “A programação é variada”, diz. “Tem radionovela, notícias do próprio bairro e notícias da escola. Tem também espaço para que os alunos mostrem seus talentos, como tocar violão ou cantar”. O importante, segundo Kelly, é que os alunos têm a oportunidade de se expressar e de refletir sobre sua realidade. O que mais deixa Kelly entusiasmada é que os alunos abraçaram a ideia e estão empenhados em fazer o projeto avançar. O melhor exemplo disso, diz, é um garoto de 13 anos, usualmente classificado na categoria de “terrorista”. Leia-se: aluno que arranja encrenca, depreda a escola e coisas do tipo. O fato é que ele tem surpreendido a todos com sua participação. Entre outras coisas – e contrariando a voz corrente dentro da escola – passou a se destacar até mesmo nas atividades de leitura. “Todo mundo dizia que o garoto não sabia ler; não era verdade. Ele apenas não tinha interesse em fazer as coisas”, diz Kelly. Kelly acredita que o projeto pode avançar ainda mais. “Queremos aumentar o número de programas e ensinar os garotos e garotas a melhorar a produção, criando vinhetas, usando melhor a voz e assim por diante”, diz. Empenho para fazer dar certo, com certeza, não irá faltar.

Atividades desenvolvidas pelos integrantes do Camará envolvem desde a realização de programas de TV até aulas de dança do ventre.

direitos na saúde

Em 13 de agosto de 2009, o Ministério da Saúde apresentou, por meio da portaria 1.820, uma nova versão da Carta dos Direitos e Deveres em Saúde. Trata-se de um conjunto de disposições abordando direitos e deveres dos usuários da Saúde, gestores e profissionais da área. Seu objetivo é informar a população brasileira sobre os seus direitos e sua responsabilidade na hora de procurar atendimento, de forma a assegurar o ingresso digno nos serviços de saúde do SUS, na rede pública e privada.

a primeira edição da Carta foi publicada em 2006, pela Portaria 675 do Ministério da Saúde, em substituição à chamada Carta dos Usuários do SUS, do mesmo ano.

De lá para cá, modificações têm sido feitas no sentido de aprimorar as determinações nela previstas. A nova versão foi aprovada pelo Pleno do Conselho Nacional de Saúde e apresenta algumas mudanças significativas como a garantia de atendimento agendado e o direito a acompanhante nas consultas e exames. Os sete tópicos principais da Carta estão descritos no quadro ao lado.

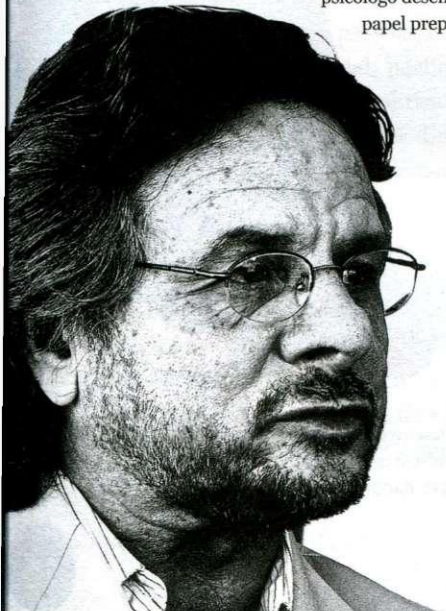
Para o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, a Carta tem uma importância fundamental. “Uma Carta dos Usuários poderia e seria fatalmente interpretada por alguns atores, que não têm compromisso e responsabilidade com o cumprimento das regras e dos deveres, apenas como uma carta sem conotação de responsabilidades maiores”, diz. Segundo ele, não é esse o caso e isso fica transparente no rigor com que ela foi escrita e na preocupação constante de aprimorá-la. “Infelizmente temos uma cultura tão

forte e arraigada de descumprimento da legislação que, quando temos a tarefa de definir e aprovar documentos, o fazemos com um conteúdo o mais claro possível para não deixar margem a dúvidas na sua interpretação. A Carta dos Direitos dos Usuários que temos hoje é explícita, direta, e não abre, em tese, margem de contestação.”

Os aprimoramentos, contudo, não se restringem a aspectos formais. Isso ficou evidenciado com as garantias de atendimento agendado e do direito a acompanhante nas consultas e exames, inexistentes até então. No primeiro caso, diz o presidente do CNS, pesou a constatação de que as pessoas enfrentam grandes dificuldades no acesso aos serviços de saúde. “Temos que partir do conceito de que o serviço deve estar à disposição de quem dele necessita e não o inverso. Para isso o atendimento agendado, dentre outros, é uma condição objetiva”. Quanto ao acompanhamento, ele argumenta que, dependendo da situação e do procedimento, as consultas e exames são momentos nos quais a participação de um ente próximo, apoiando e mesmo esclarecendo, pode ser o diferencial. “Essas mudanças ocorreram na perspectiva de viabilizar um atendimento humanizado e com maior resolutividade”, diz.

Para os psicólogos, um tópico de especial interesse da Carta dos Direitos é o item VIII, do artigo 5 (Toda pessoa tem responsabilidade para que seu tratamento e recuperação sejam adequados e sem interrupção), no qual se trata da garantia do recebimento (ou recusa) à assistência religiosa, psicológica e social. Segundo Francisco Batista Júnior, esse é um dispositivo fundamental no que se refere ao respeito que cada um merece, independentemente de sua raça, sexo ou credo religioso. “Os valores, a cultura e a crença religiosa que cada indivíduo tem são elementos indissociáveis

Francisco Batista Júnior: Carta institui uma possibilidade real de acompanhamento multiprofissional no qual o psicólogo desempenha um papel preponderante.



do processo de acompanhamento e cura”, diz. Mesmo reconhecendo que essa não é a regra no cotidiano da saúde, o presidente do CNS nota que a Carta institui uma possibilidade real de acompanhamento multiprofissional, no qual o psicólogo desempenha um papel preponderante e sintonizado com as características mais específicas de cada pessoa. “Um tratamento realizado nessas condições tem maiores possibilidades de pleno êxito.”

Até que ponto se pode dizer que os usuários de Saúde estão hoje mais cientes dos seus direitos nessa área? Francisco Batista Júnior diz não ter dúvidas de que hoje, principalmente, determinados setores mais organizados dos usuários têm uma atuação e uma consciência muito maior dos seus direitos e das suas possibilidades. “Faço questão, no entanto, de frisar que são aqueles mais organizados em entidades e movimentos, à partir de situações caracterizadas como imediatas.” Segundo ele, essa organização necessita superar uma visão corporativista, passando a defender o sistema em toda a sua extensão e plenitude, sem dissociar a sua ação organizada do debate mais geral do SUS. Esse processo, acredita, se refletirá positivamente numa consciência maior por parte daqueles que hoje não conseguiram ainda o nível ideal de participação.

Graça Maria de Carvalho Camara: quanto mais os direitos e deveres previstos na Carta forem conhecidos, mais eles serão exigidos e respeitados.



AVANÇAR MAIS – Para a psicóloga especializada na área de Educação em Saúde, Graça Maria de Carvalho Camara, um dos desafios atuais é tornar esse documento amplamente conhecido da população. Graça, que também atua no Centro de Educação em Diabetes do Hospital Oswaldo Cruz, teve dois filhos com diabetes. Por conta disso, se envolveu com a área e passou a participar do Fórum de Patologias do Estado de São Paulo (Fopesp), entidade criada em 1995 tendo entre seus objetivos o de lutar pela distribuição de medicamentos e melhorias por parte do atendimento público aos portadores de doenças crônicas. Foi do Fopesp, segundo ela, que surgiu a primeira versão da carta que durante anos foi impressa por diferentes apoiadores da causa e distribuída como “Cartilha dos Direitos do Paciente” em diferentes situações e principalmente nas Conferências de Saúde. Mais tarde, a “Cartilha” seria incorporada pelo governo do Estado de São Paulo em forma de Lei dos Direitos dos Usuários e pelo Mi-

nistério da Saúde como a Carta dos Direitos e Deveres em Saúde.

Graça acredita que quanto mais os direitos e deveres previstos na carta forem conhecidos, mais eles serão exigidos e respeitados. Acredita também que, do ponto de vista dos psicólogos, é preciso haver um esforço no sentido de tornar sua contribuição mais reconhecida e valorizada. Segundo ela, as pessoas, de um modo geral, ainda não percebem a importância que os atendimentos não-médicos desempenham em um processo de saúde e nem valorizam um trabalho conjunto que proporcione uma visão integral do ser humano que adoecido. “Só com essa consciência será possível fortalecer o atendimento numa perspectiva interprofissional, na qual o próprio paciente faça parte das decisões de seu tratamento.” ●

OS ARTIGOS DA CARTA

1. Toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde.
2. Toda pessoa tem direito ao tratamento adequado e no tempo certo para resolver o seu problema de saúde.
3. Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.
4. Toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde.
5. Toda pessoa tem responsabilidade para que seu tratamento e recuperação sejam adequados e sem interrupção.
6. Toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação.
7. Toda pessoa tem direito a participar dos conselhos e conferências de saúde e de exigir que os gestores cumpram os princípios anteriores.

Acesse a Portaria 1.820 de 13 de agosto de 2009 para ler na íntegra os direitos e deveres dos usuários da Saúde: http://www.rebidia.org.br/imprensa2/noticias/portaria_direitos_deveres_sus.pdf.

um sonho que

www.liber-accion.org. Este é o endereço do portal em torno do qual psicólogos de diversas partes do mundo, e em particular da América Latina, têm se reunido virtualmente para trocar ideias e disseminar o pensamento do psicólogo social Ignacio Martín-Baró, assassinado há 20 anos pela ditadura instaurada em El Salvador. Originado a partir de uma rede de discussão sobre Psicologia Social, atualmente o portal é ponto de referência para mais de 800 profissionais. Na entrevista a seguir, os professores Ignacio Dobles, da Universidad de Costa Rica, e Raquel Guzzo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), falam sobre essa experiência e a importância das ideias de Martín-Baró para a realidade atual.

PSI – Este ano se completará 20 anos da morte de Martín-Baró. Que importância suas ideias têm para a psicologia hoje no mundo?

Ignacio Dobles – Ignacio Martín-Baró era vice-reitor acadêmico na Universidade Centro Americana (UCA) em El Salvador. Sua morte em 16 de novembro de 1989, aos 47 anos, foi um dos mais violentos desfechos resultantes da implantação da ditadura em El Salvador. Diversos eventos foram realizados para marcar a passagem de vinte anos de seu assassinato, assim como o de muitos de seus colegas, amigos e amigas. Os ideais e o exemplo de Ignacio Martín-Baró são uma referência importante. Eles convocam ao trabalho coletivo e ao diálogo com outros saberes, em sintonia com as maiorias populares, para trabalhar pela justiça social e pelos direitos das populações.

PSI – Como se explica o assassinato de um vice-reitor de universidade?

Ignacio Dobles – É impossível entender o que aconteceu sem uma análise da conjuntura social e política daquele período histórico: foram anos, desde a década de 60 até final de 80, de um avanço na consciência popular contra a exploração e a miséria, na organização das pessoas para lutar por seus direitos e mais do que isso a gestação de um projeto político para os países que rompiam com décadas de colonização. Mas, ao mesmo tempo, um período de intensas perseguições, matanças e violação dos direitos humanos, um embate ideológico que se conformava na luta das classes sociais por melhores condições de vida, passava a ser objetivado em uma prática corajosa e ofensiva da Igreja dos Pobres. Foram mortos nesse período em El Salvador 75 mil camponeses, operários, estudantes, mulheres e crianças. Todos tinham em comum o fato de pertencerem à classe trabalhadora e ao movimento de libertação que se consolidava no país. Os jesuítas mortos “falavam claro ao país” e por isso ganharam a confiança de um povo simples e sofrido, que começou a se movimentar e a reagir à opressão e à violência que vivia.

Raquel Guzzo e Ignacio Dobles: em defesa da Psicologia da Libertação nos moldes propostos por Martín-Baró.



refloresce

Raquel Guzzo – É bom acrescentar que Martín-Baró não foi assassinado sozinho. A chacina envolveu Ignacio Ellacuria, com 57 anos, filósofo e reitor da UCA; Segundo Montes, com 56 anos, sociólogo que pesquisava refugiados e lutava pelos direitos humanos; Armando Lopez, 53 anos, reitor do seminário diocesano, do colégio e da Universidade de Manágua no tempo da revolução sandinista; João Ramon Moreno, 56 anos, vice-diretor do Centro Don Romero e mestre dos noviços e professor de Teologia, e Joaquim López y López, 70 anos, padre envolvido com o movimento social. Toda uma comunidade de pensadores e professores foi assassinada, mas, mais do que isso, pessoas comprometidas com um projeto político social de combate à desumanização da vida que se naturalizava no cotidiano dos pobres. Foram também assassinadas duas mulheres simples do povo, que pediram aos padres para “estarem em segurança” na casa da universidade – mãe e filha trabalhavam na cozinha. Essas mortes representaram um ataque à construção de uma nova sociedade que se rebelava contra um projeto de dominação e exploração.

PSI – É possível apontar países da AL onde as propostas de Martín-Baró estão sendo referência de atuação?

Ignácio Dobles – As propostas de uma Psicologia da Libertação têm sido referência em países como Argentina, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, México, Porto Rico, Cuba, Estados Unidos, Espanha, Gran-Bretanha, Chile, Uruguai, Brasil, Honduras. Não é um campo monolítico, nem pretende sê-lo, mas ao menos podemos dizer que têm sido uma inspiração nesses lugares, para fazer e produzir uma Psicologia de maior compromisso com nossos povos. Penso que é preciso um amplo esforço de divulgação de suas obras, seus debates e seus compromissos com a ciência e a prática de forma sempre crítica e contextualizada. Mas esse esforço não pode ser academicista ou, por assim dizer, “congressista”, no sentido de saltar “de congresso a congresso” sem consequências práticas de transformação.

Raquel Guzzo – Apesar de haver um grande esforço para disseminar a obra de Martín-Baró, a resistência em mudar efetivamente as práticas da Psicologia, libertando-as das “próprias amarras”, isto é, de ser uma ciência e uma profissão forjada no capitalismo e que serve aos seus interesses, é ainda muito consolidada. Corremos o risco de passarmos a usar suas propostas para um modismo academicista sem, no entanto, fazer corresponder ações concretas que indiquem a mudança e a adoção de um novo modo de pensar o mundo e os homens e mulheres dentro dele. Alguns desses países têm uma tradição crítica mais consolidada. Outros ainda estão tomando conhecimento e desconstruindo a hegemonia enraizada nas universidades e Conselhos de Psicologia. É ainda um processo em curso.

PSI – Quais suas expectativas com relação ao Congresso de Psicologia da Libertação previsto para 2010?

Ignácio Dobles – O 10º Congresso de Psicologia Social da Libertação (PSL) será realizado em Caracas em novembro de 2010, e pode ser uma excelente oportunidade, por um lado, para dar um impulso a esta perspectiva na Venezuela e, por outro, para dar continuidade e desenvolvimento a uma linha de trabalho coletivo e participação que foi enfatizada no congresso de Chiapas em 2008.

Raquel Guzzo – A presença do Congresso de Psicologia da Libertação na Venezuela será uma experiência importante para avaliar o comprometimento da área com a realidade concreta, um dos pressupostos básicos da Psicologia da Libertação – a realidade como ponto de partida. Poderemos avaliar o quanto estão enraizadas essas ideias nas atividades propostas e debatidas no congresso.

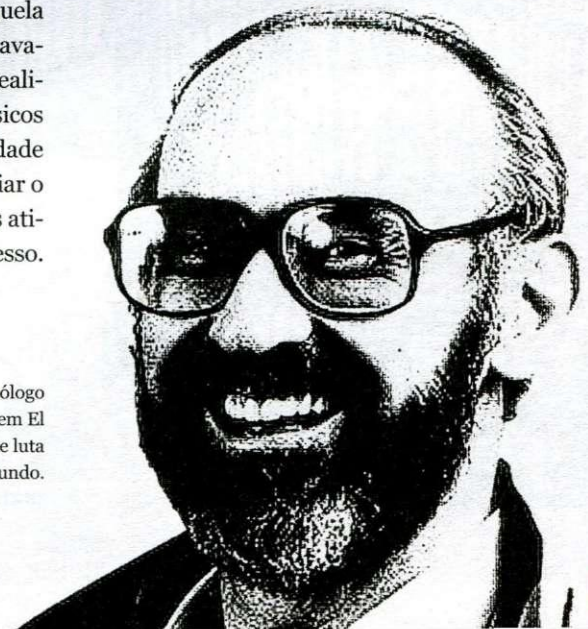
PSI – Quando e como nasceu a Rede Liber-acción e a que ela se propõe?

Ignácio Dobles – A rede surgiu originalmente como um suporte para a organização do 7º Congresso da Psicologia Social da Libertação em Libéria, Costa Rica, em 2005. Após o congresso a rede se manteve funcionando e hoje congrega 815 integrantes, compartilhando informações, convocatórias, formação, materiais, e discutindo numerosos temas da psicologia e da realidade social e política dos diferentes países. Foi a partir disso que surgiu o portal que serve à disseminação das ideias de Martín-Baró. É um espaço aberto de discussão e de compartilhamento de iniciativas e experiências.

PSI – A Rede se articula com outras entidades da Psicologia na AL? Em caso afirmativo, como isso se dá?

Raquel Guzzo – Temos colaborado nesse esforço de construção, com diferentes universidades, movimentos sociais e diferentes espaços de integração e ação. Menção especial merecem os companheiros do Grupo de Ação Comunitária (GAC) que funciona na Espanha, que tem dado, em diferentes momentos, apoio importante ao Liber-acción. Além disso, desejamos que a cada dia possamos agregar grupos e movimentos sociais legitimados pela coerência e o compromisso vivido com as ideias de libertação. ●

Martín-Baró: psicólogo assassinado pela ditadura em El Salvador deixou legado de luta para povos de todo o mundo.



A castração química para autores de crimes sexuais e o monitoramento eletrônico de presidiários estão sendo examinados no Congresso Nacional. Vistos como parte de um processo crescente de judicialização na sociedade brasileira, os temas despertam preocupação. O Jornal PSI ouviu a juíza aposentada e integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) Maria Lúcia Karam e Pedro Paulo Gastaldo de Bicalho, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Suas avaliações estão a seguir:

sob ameaça

PSI – Há um projeto de lei versando sobre castração química no Senado. Qual sua posição a respeito?

Maria Lúcia Karam – Trata-se de mais um projeto de lei inspirado na busca de rigor penal, de punições a qualquer custo, que desautorizadamente desconsidera os limites impostos pela Constituição Federal e pelas declarações internacionais de direitos à atuação do sistema penal. Pretender introduzir uma pena de castração química no ordenamento jurídico-penal brasileiro significa propor a edição de lei manifestamente inconstitucional. A pretendida castração química constitui um desautorizado retorno a penas corporais, violando as normas fundamentais que vedam penas cruéis, que garantem o direito à intimidade e o direito de não ser submetido a tratamento médico não consentido.

Pedro Paulo Bicalho – O que está em jogo, em minha opinião, diz respeito à temática dos direitos humanos. Mas não faz sentido iniciar esta entrevista falando de 'direitos humanos' de modo genérico, sem pôr em questão de que humanos ou de que direitos – e de que concepção de cidadania – se fala. Há, portanto, que se perguntar, em relação aos

direitos humanos, não somente quais (ou o que) são esses direitos, mas também o que é o humano e, no caso de um projeto sobre castração química, para 'quais humanos'. Cabe, aqui, sinalizar que as maneiras pelas quais vem sendo tratado o tema das tecnologias de controle social são advindas de um contexto e uma concepção hegemônica e burguesa do que é (ou o que é possível ser) o humano. Desse modo, entendo tal projeto como coerente com as concepções positivistas que envolvem a temática da justiça. Concepções que veementemente coloco em análise para pensarmos que profissionais estamos produzindo e que saberes estamos perpetuando.

PSI – Leis similares em outros países justificam uma proposta de lei brasileira?

Maria Lúcia Karam – A existência de leis similares em outros países jamais poderia justificar a edição no Brasil de uma lei manifestamente contrária à Constituição brasileira, como apontado. De todo modo, leis que prevejam a castração química em outros países são igualmente ilegítimas, seja por contrariarem as normas inscritas nas declarações internacionais de direitos seja porque suas próprias Constituições vedam penas cruéis, garantindo o direito à intimidade e o direito de não ser submetido a tratamento médico não consentido. →



a judicialização do cotidiano

As chamadas Lei Antifumo e a Lei Seca são exemplos de normatizações da vida cotidiana, tema que tem provocado debates e reflexões. Aqui duas posturas sobre o assunto.

Em 20 de junho de 2008 entrou em vigor a Lei Federal 11.705, a chamada Lei Seca, que prevê penas para motoristas que tenham consumido bebidas alcoólicas acima de determinados limites. Em 7 de agosto de 2009, foi a vez da Lei Estadual 13.541, também conhecida como Lei Antifumo, que proibiu o consumo de tabaco em ambientes públicos de uso coletivo em São Paulo. As duas leis geram debates até hoje sob os mais variados aspectos. Críticos da Lei Seca, por exemplo, a colocam entre as mais rígidas do mundo ou condenam – como o fez o jurista Ives Gandra Martins – a penalização criminal nela prevista. Existe, contudo, um outro tipo de questionamento em curso. Seu foco está menos no mérito desse tipo de lei, que envolve o dia-a-dia das pessoas, e mais na existência das próprias normas e/ou na forma como elas têm sido impostas à sociedade. É o fenômeno da judicialização do cotidiano.

A judicialização do cotidiano pode ser caracterizada pela utilização de métodos típicos da decisão judicial na resolução de disputas e demandas do dia-a-dia. Para críticos desse fenômeno, como Acácio Augusto, pesquisador do Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP (Nu-Sol), mestrando em Ciências Sociais na PUC SP, esse fato tem consequências graves. “As soluções para situações problemáticas não conseguem se desvencilhar da lógica punição-recompensa, própria de uma sociabilidade autoritária”, diz. “O julgamento torna-se prática do cidadão, que se vê ora na posição de juiz, ora na posição de julgado, ora na posição de vítima.” Um exemplo disso, segundo ele, ocorre quando um morador de um prédio ouve música em alto volume. “O vizinho poderia chegar e dizer algo como ‘fulano, seu som está me atrapalhando, podemos chegar num acordo?’. Não, as pessoas preferem recorrer ao estatuto do condomínio e à autoridade

de do síndico para resolver a questão.”

Acácio observa que, para além da lei, há uma proliferação dos controles eletrônicos e dos controles mútuos na forma de denúncia. “Hoje temos ruas monitoradas por câmeras, como na Inglaterra, que podem ser acessadas por qualquer um via Internet, assim como as campanhas de delação de imigrantes ilegais em toda Europa e EUA”, diz. “A lei seria letra morta se não tivesse um sem número de pessoas dispostas a denunciar, delatar, entregar. Há a produção de uma vida policialesca, mediocrementemente ajambrada num pequeno fascismo, que se ocupa de fazer funcionar o governo das condutas”, avalia.

No caso específico da Lei Antifumo, Acácio afirma que está se tratando como legal ou ilegal uma questão de educação e dos costumes. “Quando ainda estávamos sob os efeitos de uma ditadura militar só foi possível convencer as pessoas de que deveriam usar cinto de segurança em veículos automotivos com imposição de uma lei. Com o tempo, as pessoas perceberam que, de fato, isso protegia suas vidas. Numa democracia, no entanto, isso é inadmissível. Há outras maneiras educativas de mudar costumes com leis”, sustenta. Segundo Acácio não se trata, apenas, de buscar alternativas. É preciso, segundo ele, romper com um consenso “macabro” que diz que as pessoas não são capazes de cuidar das próprias vidas.

PONDERAÇÕES – Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, professora do Departamento de Antropologia da FFLHC da USP e coordenadora do Núcleo de Antropologia do Direito (Nadir), entende que existem aspectos negativos na judicialização do cotidiano. Acredita, porém, que é preciso examinar mais de perto como esse fenômeno opera e defende que, em muitos casos, ele pode se mostrar um fator de justiça social. “A Constituição de 1988 foi altamente

judicializadora e, por conta dela, tivemos a garantia de direitos que contribuíram para mudar alguns consensos morais autoritários”, diz.

Ana Lúcia pondera que, se uma esfera de maior liberdade na resolução de conflitos é desejável em princípio, ela requer, ao mesmo tempo, um certo equilíbrio entre as partes envolvidas. “Em uma sociedade desigual como a nossa, essa ausência de regulações pode se traduzir em abusos de poder e autoritarismos diversos que, muitas vezes, acabam absorvidos e naturalizados no interior das relações.”

Regulações não significam, segundo ela, um passaporte para o paraíso, nem para o inferno. Quando se cria uma lei como a Lei Antifumo, ou quando se determina que pessoas não podem beber e dirigir, ou, ainda, quando se proíbe o tráfego pelo acostamento, cria-se também uma estrutura de fiscalização que pode, ela mesma, causar distorções tais como favorecimentos ou corrupção. Pior ainda: uma dada regulação pode se mostrar perversa em relação aos propósitos que originaram sua criação. Ela acredita, por exemplo, que esse é o caso da Lei Maria da Penha, criada para combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, mas a excessiva ênfase no aspecto criminal, punitivo, fomenta ainda mais situações de confronto. “Eleger a esfera criminal para resolver conflitos é, creio eu, perigoso e ruim.”

Ana Lúcia observa, contudo, que as regulações quando resultantes de um processo democrático de discussão, oferecem, ao menos, possibilidades de debate na esfera pública. Nota, além disso, que há um movimento crescente em diversas áreas do judiciário que procuram favorecer a conciliação. “Acho que a judicialização se justifica na perspectiva de discussão de direitos, de construção de consensos ou mesmo de explicitação de dissensos – e do que é possível construir a partir daí”, afirma.

Pedro Paulo Bicalho – O fato de haver leis similares coloca em análise os dispositivos midiáticos da contemporaneidade, que têm hegemonicamente reforçado perspectivas positivistas em criminologia, produzindo uma pauta constante e globalizada. Vale lembrar que o que ocorre hoje em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso País conecta-se com uma política global que institui uma “tolerância zero” para o enfrentamento das questões produzidas pelo neoliberalismo.

PSI – E quanto ao monitoramento eletrônico de presidiários, qual sua posição à respeito?

Maria Lúcia Karam – O monitoramento eletrônico segue as mesmas tendências que propugnam a ampliação do poder punitivo, sem se deter diante dos limites impostos pela Constituição Federal e pelas declarações internacionais de direitos à atuação do sistema penal. Aqui se repete a ilegítima intervenção no corpo do indivíduo condenado (ou processado) e a desautorizada invasão de sua privacidade.

Pedro Paulo Bicalho – Fazem parte de um mesmo pacote o retorno do exame criminológico, o projeto de castração química, o monitoramento eletrônico de presidiários e a prática de inquirição de crianças e adolescentes, para citar apenas alguns analisadores contemporâneos. Pôr em análise tais práticas não significa estar aquém ou além de uma adesão ou recusa de suas enunciações. O que interessa, aqui, é problematizá-las e pensá-las em seus efeitos, nos agenciamentos que produzem e atualizam, expressos nas “diferentes formas de se estar nos verbos da vida.”

PSI – Se fosse apenas como alternativa à prisão, o monitoramento seria aceitável?

Maria Lúcia Karam – O monitoramento eletrônico não tem significado uma alternativa à prisão onde tem sido aplicado. É apenas mais uma forma de extensão do sistema penal para além dos muros da prisão, uma clara introdução de um sistema de vigilância permanente, uma clara ampliação das possibilidades de controle do Estado sobre todos os indivíduos e, assim, uma nítida ameaça à própria subsistência da democracia. Ainda que fosse efetivamente uma alternativa à prisão, evidentemente não seria aceitável, pois subsistiriam a ilegítima intervenção no corpo do indivíduo condenado (ou processado) e a desautorizada invasão de sua privacidade.

Pedro Paulo Bicalho – Prisão não é um estabelecimento. Não ficaremos livres da lógica do encarceramento caso um dia substituamos cada um deles pelas chamadas penas alternativas. As estatísticas nos mostram: somos cada vez mais um Estado penal, na medida em que não param de crescer os custodiados pela Justiça Penal. Crescem as penas alternativas, mas também crescem as penas de privação de liberdade. O que cresce, na verdade, é a penalização a práticas ora não penalizáveis, em sua maioria pequenos delitos contra a propriedade.

PSI – Esses dois temas sugerem uma forte interferência do Estado sobre a vida privada. Até que ponto se pode ver neles riscos à liberdade e aos direitos?

Maria Lúcia Karam – A expansão do poder punitivo, que se faz acompanhar de ilegítimos e crescentes atentados a direitos fundamentais, efetivamente traz sérios riscos à liberdade e à democracia. No campo da interferência do Estado sobre a vida privada, deve-se ter claro que medidas como o monitoramento eletrônico, como a disseminada utilização de invasivos e insidiosos meios de busca de prova (quebra do sigilo de dados pessoais, interceptação de comunicações, escutas e filmagens ambientais), conduzindo à onipresente vigilância e ao espraiado controle, legitimam e incentivam um desvirtuado uso das tecnologias. Essas tecnologias, se fazendo acessíveis na era digital, podem se tornar ulteriormente incontroláveis se esse desvirtuado uso não for confrontado e freado por leis efetivamente respeitadoras e eficazmente garantidoras dos direitos fundamentais do indivíduo.

Pedro Paulo Bicalho – Nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições. Um posicionamento que, em minha opinião, torna-se cada vez mais urgente é reconhecer que, com a expansão dos mecanismos de judicialização da vida, temos assistido à transfiguração dos conflitos sociais em questões judiciais e a crescente convocação dos psicólogos para atuarem como coadjuvantes nesse processo, de formas mais ou menos visíveis. É preciso pensar na relação que se tem estabelecido entre as práticas de Psicologia e os movimentos de controle e aprisionamento da vida, tão presentes no contemporâneo. O que se produz quando tais mecanismos são deflagrados? Qual é a nossa implicação diante de tais práticas? Qual é, enfim, a relação entre Direitos Humanos e Psicologia? ●

A CASTRAÇÃO QUÍMICA NO MUNDO

ESTADOS UNIDOS: Primeiro país a adotar a nova terapia. A castração química de pedófilos é utilizada em oito Estados.

ALEMANHA: Corte Constitucional cassou a lei por entender ser flagrante a inconstitucionalidade do método, que viola os direitos individuais e humanitários.

ITÁLIA: Projeto sugere que aquele que aceitar a castração química poderá descontar pena em prisão domiciliar. Caso suspenso o tratamento, que é reversível, o beneficiado voltará ao cárcere.

FRANÇA: A castração química é voluntária para o pedófilo julgado perigoso socialmente.

ESPANHA: Em discussão. O judiciário oferece, online, a consulta a banco de dados sobre processos em curso de suspeitos e condenados.

INGLATERRA: Castração requer consentimento.

O IRMÃO – PSICOLOGIA DO ARQUÉTIPO FRATERNO

Gustavo Barcellos; Petrópolis, Vozes, 2001, 72 pgs.

Fraternidade não é unificar diferenças, é diferenciar semelhanças. A experiência da alteridade é inquietante, desafiadora, e começa com o irmão. O campo do outro é vasto, cheio de prazeres e dores. Tanto do ponto de vista pessoal, quanto do ponto de vista coletivo, as possibilidades do arquétipo fraterno são imensas: solidariedade, companheirismo, amizade, associações, cooperação, entendimento, lealdade, aceitação. Também grandes são suas feridas: rivalidade, inveja, hostilidade, autoritarismo, guerras civis, intolerância, preconceito.

PREÇO: R\$ 22,00 | TELEFONE: (11) 3105-7144 e (11) 3256-0611 | INTERNET: www.editoravozes.com.br

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE

Ana Mercês Bahia Bock e Maria da Graça M. Gonçalves (orgs.); São Paulo, Cortez, 2009, 160 pgs.

A partir da dialética subjetividade-objetividade, pode-se falar em dimensão subjetiva da realidade na medida em que se entende que a subjetividade é individual, mas constituída socialmente a partir de um processo objetivo, com conteúdo histórico. Por outro lado, a realidade social é construída historicamente, em um processo que se dá entre o plano subjetivo e objetivo. A base material agrega subjetividade, a partir da ação do sujeito sobre ela, aí está sua historicidade. Por isso, não é possível falar da realidade sem considerar o sujeito que a constitui e, ao mesmo tempo, é constituído por ela.

PREÇO: R\$ 29,99 | TELEFONE: (11) 3611-9616 | INTERNET: www.lojacortezeditora.com.br

ENCONTRO DA POLÍTICA COM O TRABALHO: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE A AUTOGESTÃO DE TRABALHADORES DA UNIVENS

Cris Fernández Andrada; Porto Alegre, Abrapso Sul, 2009.

Se a Economia Solidária surgiu como reação ao desemprego, uma vez apropriada pelos trabalhadores pôde orientar novas maneiras de viver o trabalho e, a partir dali, ultrapassar os portões das fábricas e oficinas, promovendo verdadeiras revoluções locais. Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social – contemplada com o I Prêmio Abrapso Categoria Mestrado – interessada em compreender justamente como se deu esse processo na experiência das cooperadas da Univens e que repercussões psicossociais trouxe para a vida das trabalhadoras.

COMO ADQUIRIR: Envie um e-mail à regional de cada Abrapso e informe-se com adquirir o livro (www.abrapso.org.br)

CADERNOS SOBRE O MAL

Joel Birman; São Paulo, Civilização Brasileira, 2009, 336 pgs.

As novas formas de violência e de agressividade representam um cenário de horror que apavora a todos. E provocam debates que têm eco em diversos campos da disciplina. Nestes Cadernos, Birman propõe uma discussão a partir da psicanálise, que, ao longo de sua história, trabalhou com agudeza e rigor a questão da crueldade. Joel Birman é autor de Mal-estar na atualidade, Arquivos do mal-estar e da resistência, Gramáticas do erotismo e do recém-lançado As pulsões e seus destinos, que integra a Coleção Para Ler Freud. Todos publicados pela Civilização Brasileira.

PREÇO: 49,90 | TELEFONE: (11) 3286 0802 | INTERNET: www.record.com.br

PSICOLOGIA DO ESPORTE

Marcelo de Almeida Buriti (org.); Campinas, Alínea, 2009, 188 pgs.

A Psicologia do Esporte tem ocupado um espaço reduzido na produção bibliográfica brasileira, quer como livro ou capítulo, quer como artigo de periódico. É um vasto campo de pesquisa e de atuação e merece mais cuidado das agências formadoras, dos pesquisadores e mesmo dos órgãos responsáveis pelo exercício da profissão de psicólogo e de educador físico. Os textos reunidos aqui foram gerados por pessoas interessadas nesse assunto. São úteis para quantos se interessem pelo assunto e talvez outros lendo essas páginas possam vir a se envolver pela matéria. Mas além do esporte, há o adulto, o atleta, o adolescente; há a emoção de prazer, de dor, de êxito ou não; há o homem subjacente em todos os temas.

PREÇO: 24,00 | TELEFONE: (19) 3232-0047, 3254-1888 e 3326-1881 | INTERNET: www.atomoalinea.com.br

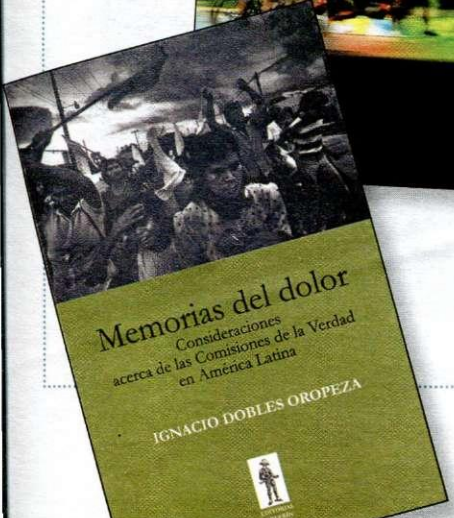
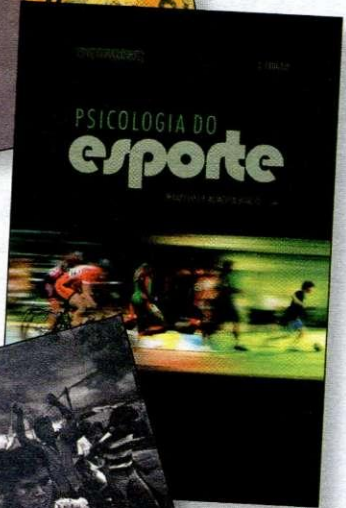
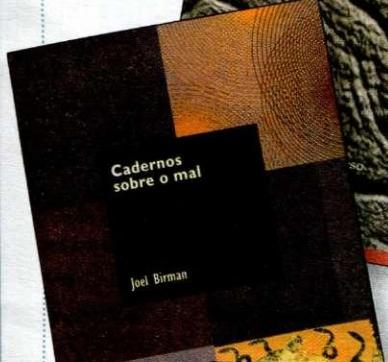
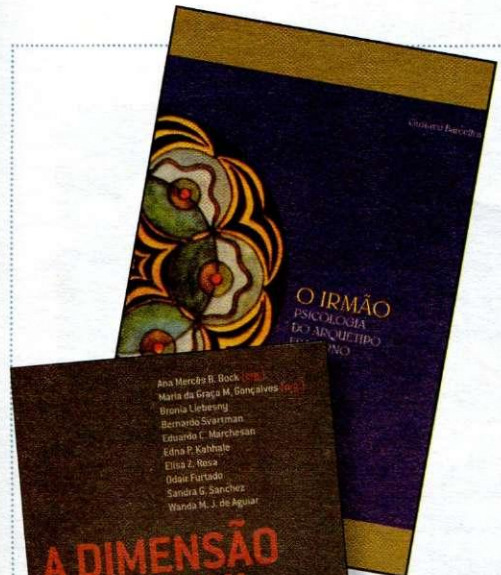
MEMORIAS DEL DOLOR – CONSIDERACIONES ACERCA DE LAS COMISIONES DE LA VERDAD EN AMÉRICA LATINA

Ignacio Dobles Oropeza; Arlekin, 2009.

o livro debate como se constroem e se usam a memórias sociais em países com passados opressivos e criminais. o autor combina a análise dos estudos clássicos sobre o tema da memória com materiais analíticos recentes. O trabalho, segundo o crítico costariquenho Alexander Matarrita, se sustenta por uma opção ética e política libertadora: a construção de sociedades com memória de sua dor. só assim podem chegar a ser sociedades decentes e democráticas, contribuindo para uma humanidade mais plena.

COMO ADQUIRIR: Envie um e-mail à regional de cada Abrapso e informe-se com adquirir o livro (www.abrapso.org.br)

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psi.org.br



FINANÇAS

anuidade para 2010

Em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 4 de agosto de 2009, no CRP SP, foi definido o valor da anuidade para 2010 conforme a tabela:

Lembramos que, em alguns casos, haverá um desconto de R\$ 2,80, uma vez que, em abril de 2009, por uma falha de sistema, houve erro no cálculo do valor total. Portanto, agora, o CRP SP está promovendo a devolução de valores indevidos, descontando-o das anuidades. Em outros casos, o valor da anuidade poderá vir acrescido de multa eleitoral referente a 2004 e/ou 2007. A multa para cada uma das oportunidades é de R\$ 0,01. Fique em dia, fique legal com a Psicologia.

VALOR DA ANUIDADE PARA 2010: R\$ 274,74
PAGAMENTO ATÉ 31 DE JANEIRO: R\$ 269,57 (DESCONTO DE 1,92%)
PAGAMENTO ATÉ 28 DE FEVEREIRO: R\$ 272,18 (DESCONTO DE 0,92%)
PAGAMENTO ATÉ 31 DE MARÇO: R\$ 274,74 OU 3 X R\$ 91,58

DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO COM O SETOR DE ATENDIMENTO DO CRP SP

 11 3061.9494 FAMAMIS 102, 105, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 203, 204, 301 e 328

 atendimento@crpsp.org.br



ATO MÉDICO GERA PROTESTO NA ABRASCO

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco comemorou os números do IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado de 30 de outubro a 4 de novembro, em Recife (PE). Foram 10.731 resumos inscritos, sendo selecionados 8.139 trabalhos e experiências para serem apresentados, 3.147 deles publicados nos anais do Congresso – suplemento da revista *Ciência e Saúde Coletiva*. Entre os mais de seis mil participantes, esteve o CRP SP, conjugando com o Sistema Conselhos um estande em que foram divulgados as ações e os projetos da Psicologia nacional. Um dos destaques do evento foi a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, acompanhado do ministro da Saúde José Gomes Temporão e da

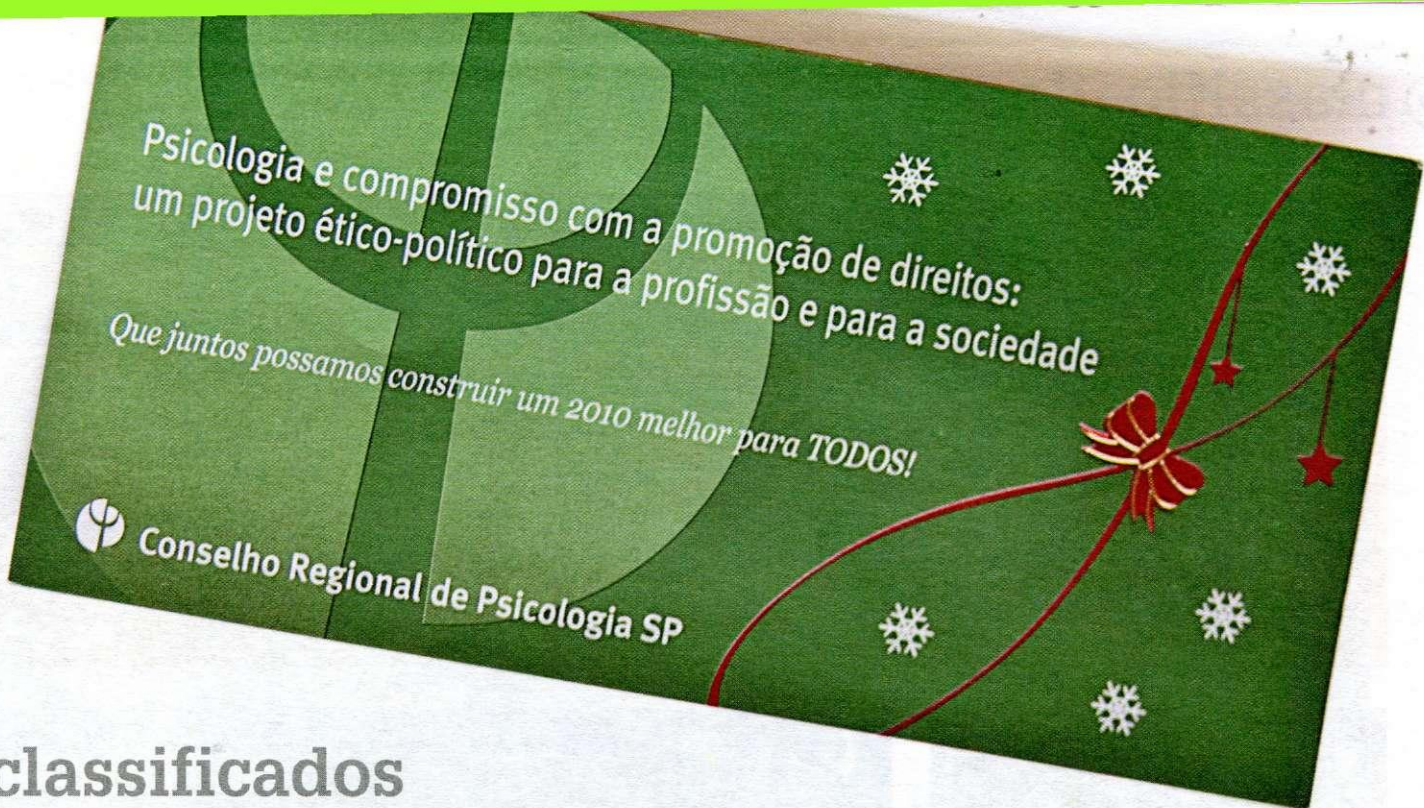
ministra da Casa Civil Dilma Roussef, sensibilizou-se com um protesto organizado contra o chamado Ato Médico. O presidente solicitou a Temporão informações sobre esse assunto e prometeu ampliar sua discussão para que, segundo ele, não sejam cometidas injustiças contra nenhuma especialidade. *(veja mais sobre o ato médico e como se manifestar no site do Conselho – www.crpsp.org.br)* A *Carta de Olinda*, produzida ao final do Congresso, chamou a atenção para que a convocação da Conferência Nacional de Saúde Mental seja confirmada, garantindo a realização do evento até junho de 2010. O documento também propõe que a conferência seja intersetorial e que efetive a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e que se consolide o modelo de atenção à saúde mental na lógica dos serviços comunitários de base territorial.

CRP SP E MINISTÉRIO PÚBLICO FIRMAM ACORDO


O CRP SP e o Ministério Público Estadual firmaram, no último dia 26 de outubro, um convênio com o objetivo de fiscalizar e promover medidas para a adequada prestação das ações e serviços de Saúde Mental e o respeito aos direitos dos usuários. Pelo acordo, as duas instituições irão prestar assistência recíproca na apuração de fatos de maior relevância ou gravidade. Entre outras atividades, está prevista também a realização conjunta de palestras, cursos e seminários no âmbito de questões relativas à assistência em saúde mental, além da permuta de material bibliográfico nas áreas de interesse comum e a busca de esforços para a geração de projetos conjuntos. O CRP SP passará a dar orientação e apoio técnico ao Ministério Público Estadual no exercício da sua atribuição institucional de fiscalização do respeito aos direitos dos usuários e da correta implementação das políticas públicas de Saúde Mental. Caberá ao Ministério Público, após uma eventual denúncia, a execução de medidas extrajudiciais e judiciais de proteção ao usuário em Saúde Mental individualmente.

PL SOBRE ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA É APROVADO

O Projeto de Lei 280/09, apresentado pelo vereador Jamil Murad (PCdoB), instituindo o serviço de assistência social e psicológica nas escolas da rede municipal de São Paulo foi aprovado no dia 10 dezembro, em segunda votação por consenso e segue para sanção do Prefeito Gilberto Kassab. O PL tramitava desde 29 de abril desse ano, passando pela Comissão de Constituição e Justiça, duas audiências públicas e pelo congresso de comissões. O Sindicato dos Psicólogos, Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social participaram de todas as reuniões e audiências públicas. “O Projeto de Lei 280 garante a especificidade da atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Educação, respeitando as atribuições desses profissionais em outros âmbitos como o SUS e o SUAS”, afirma Marilene Proença, Presidente do CRP SP. Segundo ela, a aprovação contribuirá para a maior qualidade da oferta do serviço educacional prestado na rede pública municipal de São Paulo.



classificados



II Curso de Especialização em NEUROPSICOLOGIA

I Curso de Especialização em REABILITAÇÃO COGNITIVA

Coordenação e Supervisão Clínica: Dr. Daniel Fuentes

Início fevereiro/2010

INFORMAÇÕES: (11) 3082.9800 e 3082.9544

www.cenaces.com.br

NÚCLEO PSICANALÍTICO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR

Cursos Teóricos
Desafio Emocional do Cotidiano Hospitalar
Psicanálise, Grupos e Instituições
Técnicas Projetivas Gráficas e Verbais

Cursos Teóricos-Práticos
Expansão em Psicologia Hospitalar I e II
Extensão em Psicologia Hospitalar

Aulas, atendimentos e supervisões:
Hospital do Servidor Público Estadual

INFORMAÇÕES
5088 8632 de 2ª a 6ª das 9 às 11h
www.nucleopsicanalitico.com.br
nucleopsicanalitico@nucleopsicanalitico.com.br




Pós-Graduação lato sensu em Psicologia pela Faculdade de Medicina do ABC

-VII Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar

-III Curso de Especialização em Transtornos Alimentares e Obesidade

-III Curso de Especialização em Teoria Clínica e Psicanalítica - "De Freud a Lacan"

INFORMAÇÕES: (11) 3082-9800 e 3082-9544
www.cenaces.com.br
www.fmabc.br



INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA

Clínica • Cursos • Pesquisa • Consultoria

Programação Especial 2010

<p>Curso de Especialização em Terapia Cognitiva - 500Hs (Credenciado pelo CFP.) Drs. Arthur Freeman e Ana Maria Serra Início: 12 a 14 /Março/2010</p>	<p>Curso de Especialização em Terapia Cognitiva - 500Hs c/ Crianças e Adolescentes (Credenciamento pelo CFP em processo.)</p> <p>Novo Corpo Docente: Drs. Philip Kendall e Mark Reinecke</p> <p>e outros renomados líderes nacionais e internacionais na área da TC com Crianças e Adolescentes!</p> <p>12/ Março/2010 a 11/Fevereiro/2012</p> <p>O ITC inova mais uma vez, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da prática da TC e oferecer ao psicoterapeuta a oportunidade de titulação e aperfeiçoamento profissional.</p>	<p>São Paulo: Av. Fagundes Filho, 145 Ed Austin - Conj. 131 e 132 CEP 04304-010 São Paulo, SP</p> <p>Tel: (11) 4083.2555</p> <p>Inscreva-se já!</p> <p>www.itcbr.com itc@itcbr.com</p>
--	--	--



O teor dos anúncios publicados neste jornal é de responsabilidade exclusiva dos anunciantes.

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – UNIP

COORDENADOR PROF. RYAD SIMON

OBJETIVOS: FORMAR PROFISSIONAIS PARA AJUDAR EM SITUAÇÕES-PROBLEMA ATUAIS E CRISES ADAPTATIVAS
ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA CLÍNICA PELA DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO ADAPTATIVO (EDAO) E SUPERVISÃO

INÍCIO: FEV./2010 **DURAÇÃO:** 1 ANO (Aulas sábados alternados das 08:00 às 17:00h; ou 4^{as} -feiras 08:00 às 12:00h)

LOCAIS: CAMPI DA UNIP EM **SÃO PAULO** (Paraíso); **SOROCABA**; **BAURU** e **S. J. RIO PRETO**

INFORMAÇÕES-fones: **S. Paulo:** (11) 3666-1296, (11) 9177-0188 **Sorocaba:** (15) 9782-4252

Bauru: (14) 3223-0108 **São José do Rio Preto:** (17) 3232-5470, (17) 3232-7832

e-mail: psicobreve.pbo@gmail.com

PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DA FAMÍLIA – FTSA
 A união ideal da teoria com a estrutura para a prática.

Cursos de:
 • Formação em Terapia de Casal e Família
 • Aconselhamento Familiar entre outros

Reconhecido pelo MEC e pela ABRAPEF

Faculdade Teológica Sul Americana

Inscreva-se online em: **3371.0200**

www.ftsa.edu.br

Cursos —2010—FUNDUNESP
 Fundação para o Desenvolvimento da Unesp

⇒ **Aspectos Psicológicos no Contexto Hospitalar**
 ⇒ **Diversidade no Contexto Escolar — Possibilidades de Reflexão e Intervenção**

Tel: **11 3474-5343**
 E-mail: cursoes@fundunesp.unesp.br
 Site: www.fundunesp.unesp.br

Inscrições antecipadas com 10% de desconto!

Fique por dentro do que acontece no crp sp

www.crpssp.org.br

IPPESP
 INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA, ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
 CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
 ESPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
 Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

ESPSP Escola de Psicologia de São Paulo
 Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
 PABX 5594.1226

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC) em parceria com a Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP iniciará em **Março/10**, novas turmas dos **Cursos de Extensão (120h) Especialização (500h)**, nas áreas de:

- › Psicologia Hospitalar
 Credenciado pelo CFP - título de especialista
- › Neuropsicologia
 Credenciado pelo CFP - título de especialista
- › Transtornos alimentares e obesidade
- › Psicologia do Envelhecimento
- › Avançado em Psicologia Hospitalar
- › Avançado em Reabilitação em Neuropsicologia

Destinado a
Especialização | Psicólogos
Extensão | Psicólogos,
 Estudantes de Psicologia
Avançado | Especialistas

Freqüência
 Mensal | 6^o f. das 14 às 21h
 e sábados das 8 às 18 h

Inscrições
 Até 09/02/2010

Informações
 Tel 11 3064.3186
 Tel 11 3069.6188
 Fax 11 3064.5843
dipichc@hcnnet.usp.br
cepsic@terra.com.br
www.cepsic.org.br

Pós-Graduação em Psicologia

Cursos in company 2010

Aperfeiçoamento:

Psicooncologia

Avaliação Neuropsicológica no Hospital Geral

Psicologia Clínica Comportamental

Psicologia aplicada a unidades de cuidados especiais. (UTI, UCO, PS e Hemodiálise).

Pós-Graduação (Lato Sensu):

Psicologia Analítica

Psicologia Hospitalar

Psicologia Jurídica

Psicopatologia e Dependência Química

Em Parceria:



Mais Informações

(11) 5535.8474

www.unisaopaulo.com.br

contatos@unisaopaulo.com.br



ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA CLÍNICA

Objetivos

Habilitar Psicólogos à avaliação e reabilitação neuropsicológica em consultório.

Duração

540 horas em 48 encontros

Titulação

Titulo de Especialista em Neuropsicologia credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia.



www.ipaf.com.br

Rua Maestro Callia, 294 - Vila Mariana

Informações: (11) 5081 7905

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2010

Inscrições a partir de 16/11/2009

Cursos nas áreas de:

Adolescência, Arte Terapia, Cinesiologia, Eutonia, Família, Formação em Psicanálise, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jung, Laban - Arte do Movimento, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia do Esporte, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Psicoterapia Psicanalítica de Casal, Relação Pais Bebê, Winnicott e Violência Doméstica.

Destinado a:

Psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

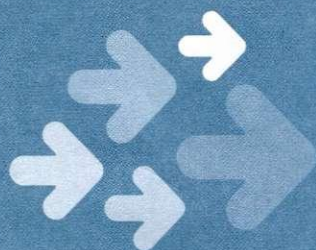
Informações para Inscrições - Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes - 05015-900 - SP/SP
Tel: (11) 3866-2730 - www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br

PRÁXIS

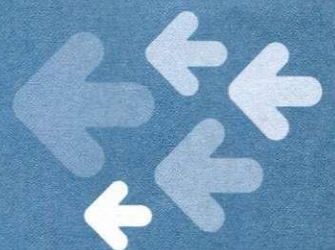
APRIMORAMENTO
EM CLÍNICA
INSTITUCIONAL

Desenvolvimento Profissional para
Graduados em Psicologia, Medicina ou
Serviço Social sob responsabilidade
da Clínica Psicológica do Instituto
Sedes Sapientiae

Informações: www.sedes.org.br



Fique por dentro de tudo
o que acontece no crp sp.
Acesse: www.crpssp.org.br





Conselho Regional
de Psicologia SP

